



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

JOÃO PIRES DE CARVALHO JUNIOR

**A SÚMULA Nº 203 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A
UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS ESTADUAIS À LUZ DA RECENTE ORIENTAÇÃO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Brasília
2010

JOÃO PIRES DE CARVALHO JUNIOR

**A SÚMULA Nº 203 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A
UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS ESTADUAIS À LUZ DA RECENTE ORIENTAÇÃO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil aplicado à atividade profissional dos servidores do Superior Tribunal de Justiça

Orientador: Prof. Ddo. Erick Vidigal

Brasília
2010

JOÃO PIRES DE CARVALHO JUNIOR

**A SÚMULA Nº 203 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A
UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS ESTADUAIS À LUZ DA RECENTE ORIENTAÇÃO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito
Processual Civil aplicado à atividade
profissional dos servidores do Superior
Tribunal de Justiça

Orientador: Prof. Ddo. Erick Vidigal

Brasília, ____ de _____ de 2010.

Banca Examinadora

AGRADECIMENTO(S)

Agradeço ao Professor Erick Vidigal pela paciência, ao Professor Gilson Ciarallo pela crença e à minha mãe, meus irmãos e à minha amada esposa, Laura, por entenderem minha ausência.

Já não nos satisfaz, a nós, homens contemporâneos, a justiça transcendental das teocracias, nem, tão-pouco, a justiça abstrata, vaga, irreal, da filosofia racionalista, que chegou ao auge na Revolução e inundou o mundo. Porque esta é vazia como os princípios em que se funda e pode encher-se do bem e do mal, do justo e do injusto, indiferentemente.

Queremos nós justiça concreta, social, verificável e conferível como fato, a justiça que se prove com os números das estatísticas e com as realidades da Vida. E a esta sòmente se chega pelo caminho das verdades científicas - penosamente, é certo, mas a passos firmes e de mãos agarradas aos arbustos da escarpa, para os esforços do avanço e a segurança da escalada. (Pontes de Miranda)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a Súmula nº 203 do Superior Tribunal de Justiça e a uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais à luz da recente orientação do Supremo Tribunal Federal firmada no Recurso Extraordinário nº 571.572, BA. Examina-se a pertinência desta decisão, bem como a adequação do seu resultado quanto ao cabimento de reclamação contra as decisões das Turmas Recursais dos Juizados. Analisa-se ainda a Súmula nº 203 uma nova ótica decorrente daquela decisão, a de que cabe ao Superior Tribunal de Justiça, no exercício pleno de sua função constitucional, zelar pela interpretação uniforme da lei federal, inclusive quando esta interpretação seja feita no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais. No trabalho, busca-se, para fins de contextualização, fazer um apanhado sobre a origem e evolução histórica dos Juizados Especiais, dos critérios e princípios que os orientam, bem como da sua competência, da forma como nele se decidem as controvérsias e do seu sistema recursal. Feita essa contextualização, adentra-se no exame específico do tema, estabelecendo-se um diálogo entre a decisão da Suprema Corte e o enunciado sumular do Superior Tribunal de Justiça, bem como entre eles e as posições doutrinárias a respeito do tema. Como suporte para esse diálogo, conceituam-se os institutos da reclamação e do recurso especial, com enfoque nas suas natureza jurídica e função, nas hipóteses de seu cabimento e na sua aplicação contra os julgados prolatados pelas referidas Turmas Recursais. Assim articulado o presente estudo, chega-se à conclusão de que as decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais estão sujeitas à revisão pelo Superior Tribunal de Justiça e que o instrumento adequado a esta revisão é aquele previsto na Constituição Federal para a uniformização de jurisprudência: o recurso especial.

Palavras-chave: Juizados Especiais Estaduais. Uniformização jurisprudencial. Superior Tribunal de Justiça. Reclamação. Recurso Especial.

ABSTRACT

This work aims to study the docket number 203 of the Superior Court and the jurisprudence standardization of Special State in light of recent guidance from the Supreme Court signed on the Extraordinary Appeal nº. 571.572, BA. It examines the relevance of this decision, and the adequacy of their results regarding the suitability of appeal against decisions of the Courts Remedial Classes. It also examines the Docket number 203 a new perspective resulting from that decision, that is up to Superior Court, in the full exercise of its constitutional function, ensuring the uniform interpretation of federal law, even when that interpretation is made under the Special State Courts. At work, for purposes of contextualization, we look to do an overview on the origin and historical evolution of the Special Courts, the criteria and principles that guide them, as well as their competence, the way it decide the controversy and its appeal system. This contextualization, plunges into the specific examination of the subject, establishing a dialogue between the Supreme Court and the set out of the summary of the Superior Court of Justice as well as between them and the doctrinal positions on the subject. As support for this dialogue to conceptualize the institutes of the appeal and the appeal it focusing on its legal nature and function, in the event of its place and its application against the trial handed down by those Remedial Classes. Thus, articulated the present study, comes to the conclusion that judgments under the Special Courts State are subject to review of the Superior Court of Justice and that the appropriate instrument for this review is that prescribed by the Federal Constitution to jurisprudence standardize: the special appeal.

Key words: Special State Courts. Uniformity of jurisprudence. Superior Court. Complaint. Special Appeal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	13
1.1 Origem e evolução histórica	13
1.2 Princípios e critérios informativos	15
1.2.1 Princípio da oralidade	15
1.2.2 Princípios da simplicidade e da informalidade	17
1.2.3 Princípio da economia processual	18
1.2.4 Princípio da celeridade	19
1.2.5 A busca pela autocomposição	20
1.3 Competência	21
1.3.1 Causas de menor complexidade e pequenas causas	22
1.4 A sentença e os meios de sua impugnação	25
1.4.1 Sentença: requisitos legais e peculiaridades	26
1.4.2 O sistema recursal dos Juizados Especiais Estaduais	28
1.4.3 O recurso inominado	29
1.4.4 Os embargos de declaração	32
1.4.5 O cabimento de recurso extraordinário	34
1.4.6 O cabimento de recurso especial	35
2 A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO MEIO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL	37
2.1 Natureza jurídica	38
2.2 Hipóteses de cabimento para o Superior Tribunal de Justiça	40
2.3 Divergência jurisprudencial: hipótese de cabimento de reclamação?	41
3 O RECURSO ESPECIAL COMO INSTRUMENTO DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS	46
3.1 A função do Superior Tribunal de Justiça e o recurso especial como mecanismo de sua realização	46
3.2 Hipóteses de cabimento	49
3.2 O recurso especial contra julgado de Turma Recursal	51
CONCLUSÃO	59

INTRODUÇÃO

Na década de 80, podia-se constatar no judiciário brasileiro que o processo tradicional passou a não mais atender aos anseios da população, notadamente aquela com menor poder aquisitivo. O procedimento comum não servia àqueles cujas demandas eram de pequena monta, porque, além de demorado, em razão de um variado número de recursos e incidentes, nele se exigia o pagamento de custas e representação por advogado. Decorrencia disto era o represamento de pequenas demandas, gerando, sem qualquer dúvida, evidente tensão social. Para atender a essa demanda, nasceram os Juizados Especiais de Pequenas Causas, criados pela Lei nº 7.244, de 1984, com a finalidade de conferir ao cidadão que se via lesado nas pequenas ocorrências do dia-a-dia acesso pleno à Justiça. Com um procedimento simples – que inclusive dispensava a representação por advogado – e gratuito, fincado em princípios como a oralidade e a celeridade, e tendo a conciliação como um de seus primados, pretendia ser um modelo moderno de prestação jurisdicional, atento aos pequenos litígios que nunca chegavam ao juízo comum.

Bem sucedida a iniciativa, não teve dúvidas o constituinte em incorporá-la na novíssima Carta Política de 1988. Aliás, não simplesmente a incorporou, como também aumentou seu âmbito de atuação, incluindo em sua competência o processamento e execução das causas de menor complexidade. Dispõe a Constituição Federal a respeito de verdadeiro microssistema dos Juizados Especiais, determinando sua criação no âmbito nacional e dos Estados. E assim foi feito, sobrevivendo a Lei nº 9.099, de 1995, que dispôs sobre a criação e organização dos Juizados Especiais Cíveis e Federais.

Instalados, os Juizados Especiais passaram a examinar toda sorte de demandas que se enquadravam na sua competência constitucional e legalmente estabelecida – as pequenas causas e as causas de menor complexidade – aplicando em sua grande maioria a lei federal. Não demorou para que essa aplicação da lei federal passasse a ter interpretação divergente, seja entre julgados proferidos no próprio âmbito dos Juizados Especiais, seja entre eles e os de outros

tribunais ou até mesmo entre eles e aqueles proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

Decorrência lógica disto foi a provocação do Superior Tribunal de Justiça para que este dirimisse as eventuais divergências na interpretação da lei. Todavia, desde o princípio este Tribunal formou posição bastante conservadora, se negando a receber os recursos especiais interpostos contra os julgados das Turmas Recursais dos Juizados Especiais ao fundamento de que a interpretação – literal, registre-se – do artigo 105, III, da Constituição induzia ao entendimento de que apenas era cabível o referido recurso contra decisões proferidas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal. Para encerrar qualquer hipótese de discussão, nesse sentido foi editado o enunciado de Súmula nº 203, cuja redação atual é a seguinte: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”¹.

Aplaudida por alguns, criticada por outros, a posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça criou um problema sem precedente: as Turmas Recursais interpretam a legislação federal para aplicá-las *in concreto*. Nessa circunstância, pode aquela interpretação divergir de outras que lhe tenham dado outros Tribunais - porque, diga-se, não é obrigatória sua jurisdição – e até de julgados do próprio STJ. Se este se nega a apreciar tal divergência, o pronunciamento das Turmas Recursais estão a salvo de revisão, mercê da função uniformizadora do Superior Tribunal de Justiça?

É este o objeto do presente estudo, que se dedicará a apreciá-lo, examinando a uniformização da interpretação da lei federal feita pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Tal exame será feito à luz daquela Súmula e de recente julgado do Supremo Tribunal Federal.

É que, no Recurso Extraordinário nº 571.572, BA, especificamente em sede de embargos opostos contra o acórdão nele proferido, o Plenário da Suprema Corte foi provocado a se manifestar a respeito desta lacuna, chegando à conclusão de que, em caráter provisório, será cabível a reclamação constitucional para dirimir aqueles dissídios interpretativos.

¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 203**. Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=203&b=SUMU>. Acesso em: 23.11.2010.

Nessa linha, o desenvolvimento deste trabalho se dará a partir de análise do citado julgado do Excelso Pretório e de julgados que deram origem à súmula impeditiva do recurso especial, bem como do diálogo destas decisões com as posições doutrinárias a respeito do assunto. Importa destacar que não se examinará o pedido de uniformização de jurisprudência previsto na Lei dos Juizados Especiais Federais, seja porque aqui se volta ao problema encontrado especificamente no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, seara em que não se aplica o referido pedido, seja porque aquele instituto é demasiadamente polêmico, sendo objeto de inúmeras críticas na doutrina, inclusive quanto a sua inconstitucionalidade, de modo que é inoportuno estudá-lo no contexto apresentado.

O estudo está assim estruturado:

No primeiro capítulo, far-se-á um apanhado histórico da criação dos Juizados Especiais, bem como se examinará os princípios que o orientam, sua competência, suas decisões e o seu sistema recursal com a finalidade de contextualizar o problema do acesso de suas decisões ao Superior Tribunal de Justiça.

No segundo capítulo, será testada uma das hipóteses de solução do problema apresentado: o cabimento de reclamação constitucional como forma de garantir a uniformidade da interpretação da lei federal. Para tanto, de modo a manter o foco do presente estudo, não se pretendendo exaurir o estudo do instituto, analisando-se apenas sua natureza jurídica, as hipóteses de seu cabimento previstas na Constituição Federal e a adequação – ou não – de sua utilização como mecanismo para a uniformidade de interpretação da lei.

Por fim, no terceiro capítulo, será estudado o recurso especial, com enfoque, após breve contexto histórico, na sua utilização como instrumento para a persecução da finalidade do Superior Tribunal de Justiça, apurando-se suas hipóteses de cabimento previstas na Carta Política de 1988 e, dentro deste tópico, verificando a segunda proposta de solução do problema: o cabimento do recurso especial como meio próprio para impugnação das decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

São estes o objeto, a metodologia e a estruturação do presente estudo.

1 OS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS

1.1 Origem e evolução histórica

Embora tenham sua criação prevista na Constituição de 1988, e consolidada na Lei nº 9.099, de 1995, os Juizados Especiais Estaduais Cíveis nasceram de um problema antigo – o difícil acesso ao judiciário de causas de pequenos valor econômico e grau de complexidade – e de uma necessidade premente – o tratamento processual adequado àquelas causas.

No início da década de 80, a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, atenta à crença popular de que a justiça é sempre morosa, criou os chamados Conselhos de Conciliação e Arbitramento, cuja finalidade era a de solucionar as controvérsias que lhe eram submetidas, por meio da conciliação ou da arbitragem, fugindo ao tradicional modelo processual. Para tanto, coordenado por um Juiz de Direito, os Conselhos eram compostos por advogados experientes na prática forense, de modo que, se lhes faltavam poderes para decidir e impor decisões, lhes sobravam experiência para o trato das demandas e para a condução da conciliação.

Chegando a um termo comum, formalizava-se documento escrito, com a subscrição das partes e de duas testemunhas, chegando-se a um título executivo; frustrada a conciliação, as partes eram tentadas a optar pela arbitragem e, sendo bem sucedida, lavrava-se o laudo arbitral.

Com índice alto de resolução das controvérsias, os Conselhos acabaram por ganhar o respeito da população onde se instalavam e notoriedade na imprensa, tornando-se em tempo breve exemplo de bem sucedida iniciativa de solução de conflitos sem a necessidade do caro e demorado processo judicial.

A notoriedade da iniciativa deveu-se, em grande parte, ao restrito acesso ao judiciário das causas de pequeno valor ou complexidade. Antes daqueles conselhos, às pessoas restavam apenas duas opções: submeter seu conflito ao caro, complexo e demorado processo judicial ou renunciar ao direito que lhe assistia.

O problema decorrente disto era o que Watanabe² chamava de *litigiosidade contida*, cuja consequência era a solução dos conflitos por meios próprios, mediante violência, ou por vias inadequadas, como em Delegacias de Polícia.

À vista do sucesso daquela iniciativa, e da opinião pública favorável, o apressou-se o governo federal, através do Ministério da Desburocratização, em criar uma comissão para introduzir no judiciário brasileiro, um novo órgão judicial para a solução dos conflitos de pequena monta, conforme narra Rocha. Veja-se:

O resultado dos estudos obtidos por esta comissão foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo (Projeto de Lei nº 1.950/83) e deu origem à Lei nº 7.244, de 7/11/1984. Este diploma legal criava um Juizado competente para as pequenas causas, assim consideradas em razão do seu valor econômico, exatamente como ocorria com os modelos do direito comparado, mas com grande ênfase para a conciliação, como defendia a escola gaúcha. Criado o sistema, ele foi implantado em diversos Estados e funcionava bem, de forma célere e com custos reduzidos, atuando principalmente junto à população mais carente, que representava a maior parte dos seus usuários³.

Os resultados obtidos pelos juizados de pequenas causas foram tão expressivos que levaram o constituinte a consagrá-los na Carta de 1988, no inciso X, do seu artigo 24. Ainda resultante daquela repercussão, esta Constituição trouxe norma específica sobre a criação de juizados especializados, a serem criados por lei ordinária, com competência para “a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo”⁴. Seguiu-se, 7 anos mais tarde, a edição da Lei nº 9.099, de 1995, criando os Juizados Especiais tal como conhecidos hoje.

Se na parte penal a Lei nº 9.099, de 1995, foi inovadora, na parte cível – que interessa ao presente trabalho –, apenas tratou de manter o que já havia sido delimitado na Lei 7.244, de 1984. É o que afirma Kazuo Watanabe:

Na parte cível, a Lei 9.099 acolheu por inteiro, com algumas pequenas modificações e acréscimos, as idéias contidas na Lei 7.244/84, tanto que a revogou expressamente (art. 97). A alteração

² WATANABE, Kazuo. Características básicas dos Juizados de Pequenas Causas. **Revista AJURIS**, ano VII, nº 33, março de 1985, p. 27.

³ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris. 2009. 5. ed. p. XXXIV.

⁴ BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição de República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em : 23.11.2010.

mais significativa consistiu na ampliação de competência dos juizados. Passou a chamar de “causas de menor complexidade” o que a lei anterior denominava de “pequenas causas”. Em nossa avaliação, não foi alterada a idéia matriz dos novos juizados especiais, que deve continuar a ser como já era ao tempo dos juizados de pequenas causas, a facilitação do acesso à Justiça pelo cidadão comum, especialmente pela camada mais humilde da população⁵.

Muito se discutiu, à vista disto, se a lei teria de fato criado novo sistema ou apenas reiterado aquele já existente, o dos juizados de pequenas causas. No entanto, como se verá, constituem os Juizados Especiais Estaduais, criados pela Lei nº 9.099, de 1995, verdadeiramente um novo sistema, com competência ampliada, ainda que ancorado nas mesmas ideias dos antigos Juizados de Pequenas causas – de prestação jurisdicional célere e eficaz.

1.2 Princípios e critérios informativos

A Lei nº 9.099, de 1995, enumerou no seu artigo 2º os princípios – ou critérios - informativos do processo no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, quais sejam, a oralidade, a simplicidade, a informalidade, a economia processual e a celeridade. Traz ainda em seu bojo o referido artigo a implicação de que o processo, aqui, deve, sempre que possível, dirigir-se para a autocomposição. Para melhor compreensão deste sistema, examinar-se-á a partir daqui cada um desses princípios e critérios.

1.2.1 *Princípio da oralidade*

O princípio da oralidade determina que haja no processo a prevalência da palavra falada sobre a palavra escrita. Não é necessário, para que o processo seja oral, que a palavra escrita seja abolida, apenas deve-se dar às partes meios

⁵ WATANABE, Kazuo. Finalidade maior dos juizados especiais cíveis. **Revista Cidadania e Justiça**, ano 3, nº 7, segundo semestre de 1999, p. 32.

eficazes para que pratiquem seus atos processuais através da palavra falada, ainda que tenham que ser reduzidas a termo para integrarem o processo fisicamente.

Nos Juizados Especiais, a oralidade se manifesta em toda fase cognitiva, podendo o autor apresentar petição inicial (art. 14), o réu apresentar resposta (art. 30), bem como oporem embargos de declaração (art. 49), tudo oralmente. Até mesmo a concessão de mandato ao advogado é autorizada na forma verbal (art. 9º, § 3º).

Câmara, no entanto, faz uma constatação bastante pertinente quanto ao princípio da oralidade, a de que continua a prevalecer nos Juizados Especiais, a palavra escrita. Leia-se:

O processo dos Juizados Especiais Cíveis deveria ser, pois, bem diferente do processo comum sob este aspecto, mas este é um ponto em que o novo modelo processual, criado pelo Estatuto dos Juizados Especiais Cíveis, não “pegou”. A responsabilidade por essa falta de eficácia social do postulado da prevalência da palavra falada sobre a escrita é, certamente, dos advogados, que tendem a atuar da maneira como já estão acostumados, fazendo com que as coisas se passem no modelo processual novo exatamente como se passariam no antigo, a que já se habituaram⁶.

Os pilares deste princípio, como ensina Chiovenda⁷, são a concentração dos atos processuais em audiência, a identidade física do juiz, a irrecorribilidade das decisões interlocutórias e o imediatismo.

No tocante à concentração dos atos processuais em audiência, ensina Rocha⁸ que “os atos processuais precisam ser concentrados em um único momento ou, pelo menos, em poucos momentos, próximos um dos outros, para que a palavra oral possa prevalecer” – postulado garantido na Lei nº 9.099, de 1995, que prevê a realização de apenas duas audiências – uma de conciliação e outra de instrução e julgamento –, realizadas na sequência, com a reunião da conciliação, defesa, instrução e julgamento.

Muito embora a Lei dos Juizados não trate expressamente da identidade física do juiz, este preceito está garantido no seu artigo 28, que estabelece que “na

⁶ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2009. 5. ed. p. 9.

⁷ CHIOVENDA *apud* ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Júris. p. 8-10.

⁸ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2009. p. 8.

audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença”.

Sobre a irrecorribilidade das decisões interlocutórias, necessário frisar que é decorrência lógica do próprio sistema criado pela Lei nº 9.099, de 1995, em que a concentração dos atos em audiência é a regra. É que, determinando a lei que os atos sejam concentrados em audiência, que se encerra com a sentença, eventual decisão interlocutória será proferida também em audiência e, à vista disto, poderão ser atacadas tempestivamente, juntamente com a sentença, por meio de recurso inominado.

Por fim, o imediatismo implica que o juiz que presidiu a audiência de instrução e julgamento profira a sentença, porque somente ele pode valorar as provas nela produzidas.

Rocha, todavia, põe em cheque tal garantia ao afirmar que “apesar da estrutura da Lei facilitar o imediatismo, determinando que o debate, a produção da prova e o julgamento sejam feitos perante o juiz (art. 28), tem-se que essa garantia é seriamente comprometida pela possibilidade de condução da audiência de instrução e julgamento por juiz leigo (art. 37)”⁹.

1.2.2 *Princípios da simplicidade e da informalidade*

Embora haja autores que procurem fazer a distinção entre os princípios da simplicidade e o da informalidade, como é o caso de Felipe Borring Rocha, a maioria os trata como princípios correlatos ou mesmo um único princípio, como é o caso de Alexandre Freitas Câmara.

Para este, “não obstante a lei fale em simplicidade e em informalidade como conceitos distintos, a rigor está-se aqui diante de um só princípio”¹⁰. Segundo o autor, é por força deste princípio que nos Juizados Especiais o processo deve ser desapegado às formas.

⁹ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 10.

¹⁰ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2009. 5. ed. p. 16.

Carreira Alvim, para quem a simplicidade e a informalidade são *critérios* e não *princípios*, porque apenas representam o modo como o processo deve ser conduzido, dizendo respeito à sua forma e não à essência, estabelece os seguintes conceitos:

O critério da simplicidade significa que o processo não deve oferecer oportunidade para incidentes (obstáculos) processuais, contendo-se toda a matéria de defesa na contestação, inclusive eventual pedido contraposto do réu, em seu favor, exceto as arguições de suspeição ou impedimento do juiz (exceções processuais), que se processam na forma do Código de Processo Civil.

O critério da informalidade significa que os atos processuais (petição inicial, contestação, arguições incidentais, requerimentos, decisões interlocutórias) devem ser praticados informalmente, sem apego a formas e ritos que possam comprometer a sua finalidade. Mesmo porque os atos processuais são praticados pela própria parte (autor e réu), podendo sê-lo pela forma oral, e, se o for por escrito, não dispõe ela de conhecimentos técnicos para peticionar¹¹.

Para Rocha¹², que, como já se disse, considera a simplicidade não apenas como mero desdobramento do princípio da informalidade, não se confundindo com ele, mas sim princípio autônomo segundo o qual, nos Juizados Especiais, a linguagem utilizada deveria ser a mais simples possível, sem a utilização de termos técnicos e rebuscados e com a clara intenção de permitir ao jurisdicionado uma melhor compreensão e interpretação daquilo que é produzido nos autos, já que, em regra, os litigantes são leigos e desassistidos por advogados.

Quanto à informalidade, entretanto, não diverge o autor, seguindo na linha de que no âmbito dos Juizados deve prevalecer o conteúdo sobre a forma, devendo-se aproveitar os atos sempre que cumprirem sua finalidade e deles não resultarem nulidades.

1.2.3 Princípio da economia processual

O princípio da economia processual é o que determina a efetividade dos atos no sistema dos Juizados Especiais, fazendo com que os atos sejam realizados de modo a obter o máximo que deles se espera, evitando-se sua repetição, correção

¹¹ ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados especiais cíveis estaduais: Lei 9.099, de 26.09.1995**. Curitiba: Juruá. 2010. 5. ed. p. 21.

¹² ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 11.

ou anulação se, cumprida sua finalidade, não houver prejuízo para quaisquer das partes. Por outro lado, deve o processo ser barato, tanto para a parte – e aqui se inclui a assistência judiciária gratuita –, quanto para o próprio Estado, pela racionalidade da atividade processual, concatenando o menor número de atos para o maior resultado possível.

1.2.4 *Princípio da celeridade*

Talvez o mais emblemático daqueles enumerados pela Lei dos Juizados Especiais, o princípio da celeridade processual encerra dilema bastante difícil: deve-se buscar a rápida prestação jurisdicional mesmo que prejudica a segurança jurídica?. E se há um motivo determinante para a criação dos Juizados Especiais, este motivo certamente foi a crença generalizada de que o Judiciário é moroso. No entanto, de nada adianta uma prestação rápida, se injusta; tampouco uma decisão absolutamente justa, porém serôdia. Nenhuma delas será suficiente para cumprir o papel jurisdicional do Estado: a pacificação social.

Dinamarco, ao tratar do princípio da celeridade, ainda ao tempo dos Juizados de Pequenas Causas, escreveu:

[...] a celeridade é indispensável para o eficaz cumprimento da missão pacificadora do Poder Judiciário e do escopo de dirimir litígios, que justifica a própria jurisdição em mãos do Estado. Importa eliminar com a maior rapidez possível os conflitos envolvendo pessoas na sociedade, que constituem fermento de insatisfação social individual e instabilidade social. Essa ideia, aliás, está ligada à própria justificação do juizado e do processo das pequenas causas, instituídos com a finalidade de absorver todos os conflitos que perturbam a vida social e dar-lhes rápida solução¹³.

Como se vê, é princípio ligado diretamente à efetiva prestação jurisdicional e à função precípua dos Juizados Especiais, a de dar ao jurisdicionado uma solução rápida e adequada dos seus conflitos.

¹³ DINAMARCO, Cândido Rangel. Princípios e critérios no processo das pequenas causas. IN: WATANABE, Kazuo (Cord). **Juizado Especial de Pequenas Causas: Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1985. p. 109-110.

1.2.5 A busca pela autocomposição

Por fim, além dos princípios acima descritos, a Lei dos Juizados Especiais enfatizou a importância da autocomposição como solução de litígios, devendo o processo nortear-se pela obstinada busca da conciliação e da transação. Tal disposição, por certo, é resultante da bem sucedida experiência adotada pelos Conselhos de Conciliação e Arbitragem do Rio Grande do Sul que, como já se viu, foi, em última análise, o embrião dos Juizados Especiais.

E, de fato, a tentativa de se evitar a demanda é notório, já que instaurado o processo, a fase subsequente é a audiência de conciliação e, não chegando as partes a um denominador comum, realizar-se-á audiência de instrução e julgamento, na qual haverá nova tentativa de conciliação.

Quanto à importância da conciliação, merece destaque a lição do Professor Cândido Rangel Dinamarco, contemporânea da criação dos Juizados de Pequenas causas:

Sabe-se que a autocomposição dos conflitos entre pessoas corresponde até mesmo a uma natural impulsão psicológica e a história do processo mostra que desde os tempos primitivos ela sempre esteve presente na vida da Humanidade: proscreve-se a autotutela, como forma unilateral e egoísta de autocomposição, mas sabe-se que a autocomposição bilateral cumpre mais do que satisfatoriamente uma das funções que estão à base e justificam a própria existência da jurisdição em mãos do Estado, ou seja, o seu escopo de dirimir conflitos¹⁴.

Se o que se busca no campo de atuação dos juizados especiais é a solução dos conflitos de forma rápida e eficaz, nada mais adequado do que a própria lei que os instituiu trazer explicitamente a autocomposição como uma de suas finalidades, determinando a condução do processo para aquele tipo de solução, porque chegando as partes a um denominador comum, ao abrigo da supervisão estatal e com a sua chancela, não se pode duvidar que o litígio estará suficientemente resolvido, e de maneira tão adequada que, atendendo o desejo de ambas as partes, impõe a paz social. Aqui, os juizados tem serventia como campo

¹⁴ DINAMARCO, Cândido Rangel. Princípios e critérios no processo das pequenas causas. IN: WATANABE, Kazuo (Cord). **Juizado Especial de Pequenas Causas: Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1985. p. 112.

neutro para a realização deste acordo, bem como para dar obrigatoriedade à decisão que nele tomam os litigantes.

1.3 Competência

Superada a parte introdutória, atinente à origem e aos princípios norteadores do processo nos Juizados Especiais Estaduais, importante destacar os limites de sua competência que, embora estabelecida na Constituição e delimitada na Lei, gerou bastante controvérsia. Toda a controvérsia gira em torno da obrigatoriedade dos Juizados Especiais. É que a Lei anterior – Lei nº 7.244, de 1984 – trazia expressamente em seu artigo 1º que os Juizados de Pequenas Causas eram competentes para “para processo e julgamento, **por opção do autor**, das causas de reduzido valor econômico” (sem destaque no original). Na nova Lei dos Juizados Especiais, o trecho *por opção do autor* foi suprimido, tendo como consequência imediata a ideia de que os novos juizados não tinham caráter opcional, ou seja, naquelas causas em que a lei estabelecia a competência dos Juizados Especiais era vedado o ajuizamento da demanda perante juízo comum. Reforçava esta ideia o fato de que a nova lei repetiu quase na integralidade a lei anterior, restando um silêncio eloquente a indicar a obrigatoriedade do ajuizamento da demanda nos Juizados Especiais.

Rocha ao tratar do tema faz o seguinte apanhado:

[...] de uma maneira geral, num primeiro momento prevaleceu na doutrina o entendimento de que, se a causa estivesse enquadrada como de menor complexidade, somente poderia ser processada nos Juizados Especiais. Assim, o ingresso, no juízo comum, de ações sujeitas ao procedimento dos Juizados Especiais, geraria a incompetência absoluta, questionável a qualquer tempo, por requerimento das partes ou iniciativa do juiz.

Estas posições, entretanto, foram se retraindo e perdendo espaço para a corrente de pensamentos que defende a faculdade do titular do direito material em ajuizar a demanda perante os Juizados Especiais¹⁵.

No sentido da orientação mais moderna, Câmara defende posicionamento no sentido da possibilidade do demandante eleger o juízo em que deseja litigar, seja

¹⁵ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 18-19.

o dos Juizados Especiais, seja o comum. Um dos argumentos utilizados tem especial importância para o desenvolvimento do presente estudo, porque trata exatamente da questão do acesso ao Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se:

Não me parece possível impor-se um sistema processual que é capaz de produzir resultados inaceitáveis. Observe-se: no processo que se desenvolve perante os Juizados Especiais Cíveis não cabe recurso especial. Isto significa que, embora os Juizados Especiais Cíveis apliquem a legislação federal, suas decisões não se submetem ao controle do Superior Tribunal de Justiça, Corte que recebeu da Constituição da República a atribuição de estabelecer a correta interpretação da lei federal. Assim sendo, pode acontecer de uma decisão proferida, em sede de recurso, por uma turma recursal de Juizados Especiais Cíveis violar lei federal e tal decisão não fica sujeita a qualquer controle pelo STJ¹⁶.

Em linhas gerais, os que defendem o caráter opcional dos Juizados Especiais o fazem segundo o argumento de que o demandante pode escolher entre um processo mais demorado, mas que lhe ofereça recursos processuais mais adequados para a demonstração do seu direito (maior número de testemunhas, recursos etc.), escolhendo o juízo comum, ou mais célere e restrito (produção de provas em audiência, sistema recursal enxuto, inexistência de ação rescisória etc.), como é o caso dos Juizados Especiais. Escolhe o demandante, portanto, o procedimento sobre o qual deseja litigar, assumindo as consequências da sua escolha, de modo que a lei não poderia impor a ela um procedimento eventualmente desvantajoso.

1.3.1 Causas de menor complexidade e pequenas causas

Embora a Constituição de 1988 tenha em seu artigo 24, X, ao tratar da competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, feito alusão aos Juizados de Pequenas Causas e, no artigo 98, I, tenha previsto a criação dos Juizados Especiais, para o processamento de causas de menor complexidade, o legislador, ao implementar este artigo com a edição da Lei nº 9.099, de 1995, optou

¹⁶ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed. p. 24.

por criar um único microssistema, com a revogação integral da Lei nº 7.244, de 1984, açambarcando na competência dos Juizados Especiais Cíveis a “conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade”, incluindo entre elas aquelas de pequeno valor.

Tem-se, portanto, que a fixação da competência dos Juizados Especiais se dá em razão do valor da causa e do seu grau de complexidade. Câmara faz crítica à união destas competências em um mesmo órgão, porque segundo o autor, parece “evidente que a menor complexidade de uma causa não tem qualquer ligação com seu valor”¹⁷.

Rocha¹⁸, na mesma direção, entende que a nova lei tratou de unir dois institutos, criando uma mesma estrutura com características de Juizados Especiais – com competência em razão da matéria – e de Juizados de Pequenas Causas, cuja competência se define pelo valor.

Assim resumida a competência dos Juizados Especiais, resta a aparentemente simples, porém tormentosa, diferenciação do que vêm a ser pequenas causas (ou causas de pequeno valor) e causas de menor complexidade. Tormentosa a conceituação porque, também aqui, diverge a doutrina.

Quanto às pequenas causas não há controvérsia porque estão vinculadas ao seu respectivo valor, e este é delimitado na própria lei, que estabelece o teto de 40 salários mínimos para o ajuizamento de ação perante os Juizados Especiais. A definição controvertida está no que a lei chama de causas de menor complexidade e o que se denomina de pequenas causas de grande complexidade.

Para Câmara¹⁹, as pequenas causas de grande complexidade são aquelas que, ainda que de valor inferior ao teto estabelecido na lei, foram expressamente excluídas da competência dos Juizados na redação do § 2º, do artigo 3º, da Lei nº 9.099, de 1995. Lê-se neste dispositivo que “ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal

¹⁷ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed. p. 27.

¹⁸ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 22.

¹⁹ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed. p. 30.

e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial”.

Alvim, de outro lado, adota posição menos ortodoxa, que deve ser destacada:

Fico numa posição que me parece mais flexível, e que atende tanto aos interesses das partes (autor e réu), quanto aos da administração da Justiça, que é considerar como de menor complexidade as causas enumeradas nos incs. I a IV do art. 3º da Lei 9.099/95, salvo se surgir, no curso da demanda, complexidade instrutória (por exemplo, uma perícia complexa) que aconselhe a declinação da competência para a Justiça comum, para não violentar os critérios informativos dos juizados especiais (simplicidade, informalidade e celeridade)²⁰.

Se por um lado o autor exprime seu entendimento sobre o que vem a ser causas de menor complexidade, tendo como critério a o grau de sofisticação da instrução do processo, por outro, coloca num mesmo conceito o que alguns doutrinadores, como é o caso de Câmara, chamam apenas de pequenas causas, ou seja, as hipóteses previstas nos incisos I a IV do artigo 3º da Lei dos Juizados Especiais.

Rocha²¹, por sua vez, distingue no âmbito de atuação da lei três possíveis causas nos Juizados Especiais: as pequenas causas (valor), previstas no artigo 3º, I e § 3º, c/c art. 53; as causas de menor complexidade (matéria), assim entendidas aquelas enumeradas nos incisos II e III do artigo 3º; e as pequenas causas de menor complexidade (valor e matéria), delimitadas no artigo 3º, inciso IV.

Nesse contexto, segundo o autor, seria possível o julgamento nos Juizados Especiais das causas de menor complexidade, ou seja, cuja competência é fixada em razão da matéria, ainda que excedam o teto legal.

Seu posicionamento, entretanto, como reconhece, não é o majoritário. Segundo ele, “cumpre destacar que em todo o Brasil vem predominando o

²⁰ ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados especiais cíveis estaduais: Lei 9.099, de 26.09.1995**. Curitiba: Juruá. 2010. 5. ed. p. 31.

²¹ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 22.

entendimento de que todas as causas, inclusive a dos incisos II e III do art. 3º, devam se submeter ao limite de 40 salários mínimos”²².

Não é sem crítica à corrente dominante que Rocha expõe seu ponto de vista. Leia-se:

[...] se o objetivo da Lei nº 9.099/95 era regular o art. 98, I, da CF, com é dito na sua exposição de motivos, a menor complexidade é que deveria ser a tônica deste sistema e não o menor valor. Além disso, esta interpretação se coaduna com os escopos sociais do instituto (art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil), pois amplia a sua base de atuação. O problema é que o legislador, ao fazer sua escolha pela tese dualista, deixou de adaptar os dispositivos que copiou da lei antiga. Isso, no entanto, não representa empecilho incontornável, mas, tão-somente, demanda um esforço hermenêutico²³.

No que aqui interessa, importa destacar o fato de que, seja examinando pequenas causas, causas de menor complexidade ou ainda pequenas causas de grande complexidade, os Juizados Especiais aplicam a lei federal, dando a ela interpretação e contorno próprios que, como se verá adiante, acabam se tornando pronunciamento definitivo a esse respeito, tudo porque não há na lei, nem a doutrina ou a jurisprudência admitem, para este chamado microssistema, mecanismo de acesso ao Superior Tribunal de Justiça.

1.4 A sentença e os meios de sua impugnação

Como se viu, o processo nos Juizados Especiais é marcadamente conduzido pelos princípios – ou critérios – da oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade. Resultado disto é uma fase cognitiva sincrética, notadamente em razão da concentração dos atos processuais em audiência, porquanto é nela que serão ouvidos autor e réu, produzidas provas e, ao final, prolatada a sentença.

²² ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 27.

²³ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 25.

Como decorrência disto, tem-se que, ao menos em tese, o julgamento da causa há de ser célere para se afinar aos preceitos da lei. Para tanto, existe nos Juizados Especiais a figura do Juiz leigo que, atuando como auxiliar da justiça, pode dirigir a instrução do processo (art. 37), caso em que proferirá decisão e a submeterá ao Juiz togado (art. 40). Demais disto, a própria sentença tem peculiaridades neste sistema e, como não poderia deixar de ser, o sistema recursal também as tem, como se verá a seguir.

1.4.1 *Sentença: requisitos legais e peculiaridades*

A teor do artigo 458, do Código de Processo Civil, são requisitos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem²⁴.

Já aqui temos a primeira diferença da sentença prolatada no âmbito dos Juizados Especiais daquelas proferidas no procedimento comum. É que o artigo 38 da Lei nº 9.099, de 1995, estabelece que “a sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensando o relatório”.

É bem de ver que a lei exime expressamente o Juiz de fazer o relatório, requisito essencial estabelecido no Código de Processo Civil. E há uma razão simples para tanto: compreendendo a audiência todos os atos processuais, e sendo certo – ao menos em tese – que o Juiz deva prolatar a sentença logo após a audiência de instrução, assume-se que o ele conhece todo o processo, sendo desnecessária a confecção de relatório. No procedimento comum, diversamente do que ocorre aqui, em que a regra não é a da identidade física do juiz, o relatório serve

²⁴ BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Institui o Código de Processo Civil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm>. Acesso em: 23.11.2010.

para que as partes controlem a atuação do Juiz, verificando se aquele conhece todos os fatos, provas e os contornos da lide.

Frise-se que a lei dispensou apenas o relatório, sendo essencial à sentença que o Juiz indique os elementos de sua convicção – tudo para atender a exigência constitucional da motivação dos atos judiciais (art. 93, IX, da Constituição Federal) –, bem como formule a parte dispositiva, sem a qual a sentença simplesmente não existe, porque não encerra qualquer comando.

Há, ainda, a vedação de que seja proferida sentença ilíquida (parágrafo único do art. 38), porque, a toda evidência, a vantagem da celeridade obtida na fase cognitiva seria anulada na fase de liquidação.

Outra questão interessante é aquela prevista no art. 39 da Lei dos Juizados Especiais, segundo o qual “é ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta lei”. Nota-se aqui o forte apelo da lei pelo valor da causa, determinando seja glosada da sentença a parte que não estiver acolhida nos atuais 40 salários mínimos. Implica dizer que ao ajuizar uma ação perante os Juizados Especiais, deve o demandante se ater àquele limite, nele se devendo incluir os juros legais e a correção monetária até a propositura da demanda. Aqui se nota com clareza o que se viu anteriormente: embora a lei viesse a disciplinar o artigo 98, I, da Constituição, que trata de causas de menor complexidade, o legislador, adotando quase a integralidade da lei anterior, sem fazer os devidos ajustes, acabou por fixar a competência dos juizados atrelada ao valor da causa.

Por fim, como já adiantado, o Juiz leigo é competente para proferir decisão, que será homologada pelo Juiz togado, nos termos do artigo 40. É de se notar que tal poder somente é dado ao Juiz leigo quanto este houver presidido a instrução, tudo levando a crer que a intenção da lei foi a de dar efetividade, ainda que por meio discutível, ao postulado da identidade física do Juiz.

A natureza jurídica deste ato praticado pelo Juiz leigo é também controvertida. Para Alvim²⁵, trata-se de sentença que apenas não dispõe de eficácia imediata, porque dependente de homologação, o que não lhe retira a natureza de

²⁵ ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados especiais cíveis estaduais: Lei 9.099, de 26.09.1995**. Curitiba: Juruá. 2010. 5. ed. p. 130.

ato jurisdicional. De outro lado, Câmara²⁶ afirma que o ato praticado pelo Juiz leigo é um “projeto de sentença” que, submetido ao Juiz togado, poderá ser homologada, sendo a homologação o ato de natureza sentencial.

Rocha, entretanto, avança em posicionamento reconhecidamente isolado, no sentido de que são inconstitucionais as disposições que outorgam função ao Juiz leigo para presidir a instrução e o julgamento. Confira-se:

[...] entendemos que a possibilidade de um elemento estranho aos quadros da magistratura praticar atos jurisdicionais próprios, como são a instrução e o julgamento (arts. 37 e 40), fere de morte elementos basilares de nosso ordenamento jurídico, consagrados em nível constitucional, tais como os princípios do juiz natural, do devido processo legal, da inafastabilidade da jurisdição, dentre outros. Não por outra razão, pregamos que as únicas atividades que os juízes leigos poderão desempenhar serão a conciliação (art. 21), subsidiariamente aos conciliadores, e a arbitragem (art. 24, § 2º), em caráter exclusivo.

1.4.2 O sistema recursal dos Juizados Especiais Estaduais

Como não poderia deixar de ser, o sistema recursal dos Juizados Especiais é próprio, tendo a Lei nº 9.099, de 1995 disposto sobre ele nos artigos 41 a 46 e nos artigos 54 e 55. É de se notar que, no microsistema dos Juizados Especiais Estaduais, procurou o legislador prestigiar as decisões de primeira instância, restringindo os meios para impugná-la, seja pela existência de único recurso – o chamado *recurso inominado* –, seja pela cobrança de custas e necessidade de representação por advogado para sua interposição – dispensáveis no momento do ajuizamento da demanda.

Marca o procedimento dos juizados, ademais, a irrecorribilidade das decisões interlocutórias, o que, como já se viu, nada mais é do que mera decorrência da concentração dos atos em audiência, de modo que somente os incidentes que nela influenciam serão objetos de decisão interlocutória que, por não precluir, poderão ser tempestivamente atacadas por meio do próprio recurso interposto contra a sentença. Por consequência, incabível o agravo de instrumento.

²⁶ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed. p. 124.

Além do recurso inominado, a lei também previu, como não poderia deixar de fazê-lo, o cabimento de embargos de declaração que, conforme se verá, tem natureza jurídica controvertida, embora prevaleça a tese de que não se pode considerá-los recurso.

Anote-se, ademais, que as decisões proferidas pelas Turmas Recursais gozavam de invejável estabilidade, tudo porque contra elas, a rigor, só era cabível recurso extraordinário. Quanto ao Direito Federal, por muito tempo, o que elas decidiam concretizava a última palavra. Tal distorção, é bom que se diga, se deve ao fato de o próprio Superior Tribunal de Justiça ter editado enunciado de Súmula negando o cabimento de recurso especial contra aqueles julgados. O Supremo Tribunal Federal, na tentativa de dar solução à esta lacuna, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 571.572, BA, decidiu ser cabível para aquele Tribunal a reclamação contra tais decisões, fazendo chegar ao seu conhecimento, ainda que por via transversa, eventual divergência da interpretação da lei federal dada pelas Turmas Recursais em relação à sua jurisprudência.

É apenas um breve apanhado, porquanto em um capítulo próprio será oportunamente estudada a reclamação constitucional, com enfoque na sua utilização como meio de uniformização da interpretação das normas federais, bem como o recurso especial, com ênfase no seu cabimento contra as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Aqui, serão examinados o recurso inominado, os embargos de declaração, o recurso extraordinário e, em breves linhas, o recurso especial, porque, como já se disse, em capítulo autônomo será estudado com mais profundidade.

1.4.3 O recurso inominado

A teor do artigo 41 da Lei nº 9.099, de 1995, será cabível recurso contra a sentença, exceto contra a homologatória de conciliação ou laudo arbitral. É o citado recurso inominado que, segundo Menezes²⁷, “tem a mesma natureza da apelação

²⁷ MENEZES, Gustavo Quintanilha Telles. Aspectos relevantes do Sistema Recursal dos Juizados Especiais. IN: NETTO, F. G. M e ROCHA, F. B. (org). **Juizados Especiais Cíveis: novos desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010. p. 173.

no procedimento comum, devolvendo ao órgão julgador da instância superior – a Turma Recursal – toda a matéria de direito e de fato impugnada, tendo por função revisar a atividade judicante da primeira instância, para reformar ou anular a sentença”.

No mesmo sentido, Rocha²⁸ afirma que se trata de recurso análogo à apelação, ainda que ostente diferenças significativas – como prazo para sua interposição, para resposta, para a realização do preparo e, mais importante, seu recebimento, em regra, apenas no efeito devolutivo –, devendo servir de parâmetro para sua aplicação o artigo 513 do Código de Processo Civil.

Câmara²⁹, quanto à natureza, não diverge disto, ao contrário, avança afirmando peremptoriamente que o recurso cabível contra a sentença proferida no âmbito dos Juizados Especiais é a própria apelação. Discrepa, entretanto, quanto ao que pode ser objeto do seu julgamento. Para o autor, não é possível, no julgamento do recurso o exame de questões de fato, sendo possível apenas o exame de matéria exclusivamente de direito. Reconhecendo ser esta uma posição isolada, a sustenta invocando o princípio da oralidade – preceito que, como já se viu, tem como pilares a imediatidade entre o juiz e a prova –, e afirmando que “não vejo como possa ser possível admitir que a Turma Recursal, que não colheu a prova, possa valorá-la”.

Diversamente do que ocorre na propositura da demanda, em que há a dispensa de advogado e do pagamento de custas, para recorrer as partes deverão estar necessariamente representadas por advogado (§ 2º do artigo 41) e fazer o preparo (§ 1º do artigo 42), observados os prazos de 10 dias para recorrer e para que o recorrido apresente resposta (§ 2º do artigo 42).

Interposto o recurso inominado – ou apelação ou somente recurso, como queiram denominá-lo – será recebido, em regra, apenas no efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável à parte (art. 43), e julgado por Turma Recursal, nos termos do § 1º do artigo 41, composta por

²⁸ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. 5. ed. p. 143.

²⁹ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2009. 5. ed. p. 138.

três juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição. Alvim³⁰ esclarece que “embora a lei não estabeleça os critérios de escolha dos juízes para integrar a turma recursal, é aconselhável que o seja por antiguidade e merecimento, alternadamente, com o que prestigiam o tempo de serviço e a capacidade profissional dos juízes”.

Feitas estas considerações, o que mais se pode destacar na lei quanto ao tópico é o que dispõe o artigo 46 da Lei dos Juizados Especiais. Nele está dito:

Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão³¹.

Salta aos olhos o termo “julgamento em segunda instância”, a contrariar o que de forma uníssona afirma doutrina: a turma recursal não corresponde a uma segunda instância, mas sim a um segundo grau de jurisdição. Câmara³² faz competente distinção, vejamos:

Não se pode confundir instância com grau de jurisdição. Instância é conceito de organização judiciária, sendo certo que são considerados de primeira instância os órgãos jurisdicionais inferiores (como as varas cíveis, as varas de família e os Juizados Especiais Cíveis), enquanto são de segunda instância os órgãos jurisdicionais superiores (como os Tribunais de Justiça e de Alçada).

Por outro lado, grau de jurisdição é conceito eminentemente processual, sendo certo que o primeiro grau de jurisdição é exercido por aquele órgão jurisdicional que conhece a causa originariamente, enquanto o segundo grau é exercido pelo órgão que conhece da causa em grau de recurso.

Ora, os juízes que julgarão o recurso exercerão, como facilmente se vê, segundo grau de jurisdição, mas a Turma Recursal é órgão da primeira instância (fenômeno inverso ao que se dá, por exemplo, na ação rescisória, em que um órgão de segunda instância exerce competência originária e, pois, atua em primeiro grau de jurisdição).

³⁰ ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados especiais cíveis estaduais: Lei 9.099, de 26.09.1995**. Curitiba: Juruá. 2010. 5. ed. p. 133.

³¹ BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9099.htm>> . Acesso em: 23.11.2010.

³² CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed. p. 143.

De grande importância tal diferenciação para o presente estudo, porquanto é a partir dela que se construiu, desde os Juizados de Pequenas Causas, a tese de que não é cabível recursal especial contra decisões das Turmas Recursais – ponto que será abordado no próximo capítulo.

1.4.4 Os embargos de declaração

Dispõe o artigo 48 da Lei dos Juizados Especiais que “cabem embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida”.

Não merece maiores destaques tal dispositivo, salvo quanto à referência à dúvida. Afora isso, aqui, como no procedimento comum, os embargos de declaração têm a mesma função, qual seja, a de extirpar das decisões, sentenças e acórdãos eventual obscuridade, contradição ou omissão.

Diversamente do que ocorre com a obscuridade, com a contradição e com a omissão, que são defeitos identificados no próprio julgado embargado, a dúvida encontra-se na cabeça do advogado ou da parte, e diz respeito à sua interpretação. Na lição de Câmara³³, a dúvida “não é um vício em si mesma, mas um estado de espírito determinado pelo fato de ter o intérprete da decisão se deparado com um provimento judicial obscuro, contraditório ou omissivo”. A dúvida, portanto, não passa de consequência da existência de um dos vícios atacáveis pelos embargos de declaração, de modo que não pode servir de fundamento para sua oposição.

Os embargos devem ser opostos no prazo de cinco dias da intimação da decisão (art. 49), se diferenciando daqueles opostos no procedimento comum quanto à forma, já que aqui é permitida sua oposição também oralmente.

Encerrando o tema, talvez a diferença mais importante entre os embargos opostos no âmbito dos Juizados Especiais e aqueles previstos no Código de Processo Civil seja a de que, aqui, a lei, em seu artigo 50, declarou que “quando

³³ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed. p. 143.

interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso”; lá, se fala em interrupção de prazo (art. 538, Código de Processo Civil).

Suspendendo o prazo, após a oposição dos embargos a parte terá para interpor eventual recurso apenas o prazo faltante, decotado dos dias já transcorridos antes de sua interposição, ao contrário do que ocorre no procedimento comum, em que a parte tem a devolução integral do seu prazo.

A controvérsia resultante disto é importante no que se refere à interposição de recurso extraordinário contra julgado da Turma Recursal. É que a lei fala em cabimento de embargos contra sentença, deixando de fazê-lo em relação ao acórdão prolatado pelo órgão colegiado. À vista disto, duas interpretações são possíveis: a de que o prazo para interposição do recurso extraordinário se suspende pela oposição de embargos, fazendo-se uma interpretação extensiva do artigo 50 da Lei dos Juizados Especiais e a de que o prazo se interrompe, porquanto existente lacuna nesta lei, e sendo o artigo 50 uma exceção à regra geral estabelecida no Código de Processo Civil, aplica-se subsidiariamente este.

Embora seja dominante a primeira interpretação, a segunda tem o apoio de Câmara e Rocha no sentido de que, quando opostos em face de acórdão, os embargos interrompem o prazo para interposição de recurso extraordinário.

O primeiro, destaque-se, faz excêntrica observação:

[...] não tenho dúvida em sustentar, no plano teórico, que a interposição dos embargos de declaração interrompe o prazo para a interposição de recurso extraordinário mas, por outro lado, tampouco tenho dúvida em sugerir aos advogados que contem o prazo para a interposição desse recurso para o STF como se o mesmo tivesse sido, apenas, suspenso, evitando-se com isso, que se considere intempestivo um recurso eventualmente interposto³⁴.

É o que de mais interessante se pode dizer a respeito dos embargos de declaração no âmbito dos Juizados Especiais, restando apenas para o fechamento deste capítulo breves considerações a respeito do cabimento do recurso extraordinário, porquanto, como já se disse, o cabimento – ou não – de recurso especial será examinado em capítulo autônomo.

³⁴ CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed. p. 149-150.

1.4.5 O cabimento de recurso extraordinário

Ainda que nada disponha a Lei dos Juizados Especiais a respeito do cabimento de recurso extraordinário contra julgados das Turmas Recursais, não há dúvida de que é possível sua interposição. O silêncio da norma quanto ao ponto se justifica pelo fato de ser a Lei nº 9.099, de 1995, como já se disse, em grande parte, apenas cópia da Lei nº 7.244, de 1984, que instituiu os Juizados de Pequenas Causas. Se de um lado essa absorção quase integral dos dispositivos da lei anterior manteve a inteireza da finalidade dos juizados, de outro tornou a nova lei anacrônica em certos temas.

Explique-se: é certo que a Lei nº 7.244, de 1984, é consentânea com a Constituição Federal de 1967 que, com a Emenda Constitucional 1/69, dispunha em seu artigo 119, inciso III, que competia ao Supremo Tribunal Federal “julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas, em única ou última instância, por outros Tribunais”, de sorte que, segundo interpretação dos doutrinadores, não se enquadrando as Turmas Recursais no conceito de Tribunal, seria inviável o manejo de recurso extraordinário contra as decisões por elas proferidas.

Dinamarco³⁵, em obra da época, afirmava:

Nem tem cabimento o recurso extraordinário, no processo de pequenas causas. Ele se destina à impugnação de decisões proferidas em única ou última instância por outros “tribunais”, diz o texto constitucional ao fixar a competência do Supremo Tribunal Federal (art. 119, III). Antes, falava a Constituição em “outros tribunais ou juízes” e a alteração do texto foi intencional; seria contrária à tendência restritiva da via de acesso ao Supremo uma interpretação ampliativa do texto, ao arripio desse dado histórico relevante.

A Constituição de 1988, no entanto, tem profundas diferenças em relação à sua antecessora – a começar pela criação do Superior Tribunal de Justiça, competente para julgar recurso especial – passando a dispor, em seu artigo 102, III, que compete ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição, cabendo-lhe

³⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. Princípios e critérios no processo das pequenas causas. IN: WATANABE, Kazuo (Cord). **Juizado Especial de Pequenas Causas: Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1985. p. 144.

“julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância”. A toda evidência, a restrição interpretativa dada à época, em face da nova redação, já não mais tem relevância, sendo plenamente cabível o recurso extraordinário contra decisões das Turmas Recursais, carecendo observar apenas a falta de senso de oportunidade do legislador, que deixou de tratar expressamente do tema na Lei dos Juizados, mesmo tendo esta sido editada atendendo comando constitucional.

1.4.6 O cabimento de recurso especial

Se alguma dúvida surgiu quanto ao cabimento do recurso extraordinário contra as decisões das Turmas Recursais, foi rapidamente superada, haja vista que o próprio Supremo Tribunal Federal não deu espaço a controvérsias, reconhecendo sua competência para examinar, mediante recurso extraordinário, eventual ofensa à Constituição Federal nascida no julgamento do recurso inominado.

De outro lado, persistiu por algum tempo a dúvida sobre o cabimento do recurso especial, fundada na mesma premissa, a de que a Constituição de 1988, ao prever o cabimento de Recurso Especial apenas contra decisões proferidas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, impede sua interposição contra as decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Estaduais. Também aqui, as dúvidas não se prolongaram no tempo, já que o Superior Tribunal de Justiça afirmou, no enunciado de Súmula nº 203, que “não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”.

De tal conclusão, a toda evidência, surge a seguinte indagação: sem a tutela recursal do Superior Tribunal de Justiça, as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, no tocante à aplicação da Lei Federal, seriam a última palavra quanto à sua aplicação, frustrando a função constitucional daquele tribunal, que é, segundo a Constituição Federal, o órgão competente para a guarda da inteireza das normas federais infraconstitucionais?

É esse o problema que se pretende solucionar neste trabalho, levando-se em conta recente julgado do Supremo Tribunal Federal que, atento ao vácuo criado pela edição do referido enunciado sumular, decidiu dar à reclamação constitucional a função de meio de uniformização de jurisprudência.

Para tanto, nos próximos capítulos se examinará a decisão do Plenário daquele Tribunal para se verificar se andou bem ao afirmar a competência do Superior Tribunal de Justiça para revisar as decisões oriundas das Turmas Recursais, e se é de fato a reclamação o instrumento adequado para tanto. De outra ponta, examinar-se-ão os reflexos dessa nova orientação sobre o cabimento do recurso especial e o óbice afirmado na Súmula nº 203 do STJ.

2 A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO MEIO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL

Atento ao problema decorrente da edição da Súmula nº 203 do Superior Tribunal de Justiça, negando o acesso de recursos especiais oriundos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Estaduais, e provocado a se manifestar sobre o tema, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 571.572, BA, o Supremo Tribunal Federal, definiu que seria cabível para o Superior Tribunal de Justiça a reclamação constitucional contra as decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Lê-se no voto condutor do acórdão, relatora a Ministra Ellen Gracie, os seguinte fundamentos, *in verbis*:

[...] não existe previsão legal de órgão uniformizador da interpretação da legislação federal para os juizados especiais estaduais, podendo, em tese, ocorrer a perpetuação de decisões divergentes da jurisprudência do STJ.

Essa lacuna poderá ser suprida com a criação da turma nacional de uniformização da jurisprudência, prevista no Projeto de Lei 16/2007, de iniciativa da Câmara dos deputados e ora em trâmite no Senado Federal.

Todavia, enquanto não for criada a turma de uniformização para os juizados estaduais, poderemos ter a manutenção de decisões divergentes a respeito da interpretação da legislação infraconstitucional federal. Tal situação, além de provocar insegurança jurídica, acaba provocando uma prestação jurisdicional incompleta, em decorrência da inexistência de outro meio eficaz para resolvê-la.

Veja-se, por exemplo, o caso de empresas como a embargante, que muitas vezes prestam serviços em várias unidades da Federação. A permanecer a atual situação, é grande o risco de surgirem, em relação ao mesmo tema, decisões favoráveis e outras desfavoráveis cuja existência concomitante poderia provocar, em tese, verdadeira inviabilidade técnica, no que diz respeito ao cumprimento delas todas.

Desse modo, até que seja criado o órgão que possa estender e fazer prevalecer a aplicação da jurisprudência do STJ, em razão de sua função constitucional, da segurança jurídica e da devida prestação jurisdicional, a lógica da organização do sistema judiciário nacional recomenda que se dê à reclamação prevista no art. 105, I, f, da CF amplitude suficiente à solução do impasse.³⁶

³⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572, BA. Telemar Norte Leste S/A e Albérico Sampaio do Lago Pedreira. Relatora a Ministra

Percebe-se da simples leitura do trecho transcrito que a reclamação constitucional deverá ser utilizada como meio de uniformização da interpretação da lei federal. Nesse contexto, se por um lado andou bem o Supremo Tribunal Federal, procurando solucionar a lacuna existente no sistema recursal quanto à aplicação do Direito Federal pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais, por outro, salvo melhor juízo, pecou quanto à interpretação de que o meio adequado para impugnação desses julgados seria a reclamação. É o que se demonstrará, do exame da natureza jurídica da reclamação e das suas hipóteses de cabimento para o Superior Tribunal de Justiça.

2.1 Natureza Jurídica

A natureza jurídica da reclamação sempre foi objeto de intensos debates na doutrina, e também nos tribunais, destacando-se com maior notoriedade três correntes: a primeira, definindo-a como incidente processual; a segunda, como recurso e a terceira como ação autônoma de impugnação. Há ainda aqueles que consideram a reclamação como remédio processual e os que a colocam no plano do direito de petição.

Salvo melhor juízo, incidente processual não é, porque a configuração de incidente processual supõem processo em curso. Nesse contexto, poderia tal teoria explicar a natureza jurídica da reclamação quanto a uma de suas hipóteses, notadamente a de preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça em razão de processo instaurado em juízo incompetente. No entanto, deixa a descoberto a hipótese de descumprimento da autoridade de suas decisões, pois aqui supõem-se processo findo, com decisão transitada em julgado, o que inibe a formação de incidente.

A definição da reclamação como recurso, embora haja quem a cogite, é amplamente rechaçada. Grinover faz substanciais distinções entre a reclamação e o recurso, devendo-se destacar o que se segue:

Ellen Gracie. DJe de 27.11.2009. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606378>>. Acesso em: 23.11.2010.

Diante da conceituação de recurso aqui adotada, fica clara a impropriedade de entender-se a reclamação como tal. Assim: a) a reclamação não visa a impugnar uma decisão, mas, muito ao contrário, a assegurar sua autoridade; b) a reclamação não se utiliza antes da preclusão, mas depois de haver o trânsito em julgado; c) a reclamação não se faz na relação processual, mas depois que esta já se encerrou; d) por meio da reclamação não se objetiva reformar, invalidar, esclarecer ou integrar uma decisão, mas, longe disso, garantir a autoridade de uma decisão cujo conteúdo se quer justamente preservar³⁷.

No mesmo sentido, Dinamarco³⁸, para quem a reclamação é um remédio processual, afirma não ser ela um recurso, “seja porque não consta entre as modalidades recursais tipificadas em lei (argumento secundário), seja porque não se destina a desempenhar a missão que os recursos têm”.

Prevalece na doutrina a tese de que a reclamação é uma ação autônoma de impugnação, entendendo-se que há nela se pede um provimento jurisdicional, contendo em si uma lide a ser resolvida, decorrente do conflito de interesses entre aqueles que, de um lado, querem ver declarada a usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça ou determinado o cumprimento de sua decisão, e aqueles que insistem na inexistência de invasão de competência ou descumprimento de decisão. Tal entendimento é suficientemente contestado por Ada Pellegrini. Para a autora

Também não é aceitável a posição dos que a consideram como ação, pois o direito de ação tem por conteúdo o exercício da jurisdição, assegurando às partes não somente a resposta do Estado, mas ainda o direito de sustentar suas razões, o direito ao contraditório, o direito de influir sobre a formação do convencimento do juiz – tudo através daquilo que se denomina tradicionalmente devido processo legal. Na reclamação, ao contrário disso, não se pretende que o Estado exerça a jurisdição, até porque já foi obtida, cuidando-se apenas de assegurar a eficácia do provimento definitivo que a concedeu; muito menos se poderia cogitar de assegurar aos interessados, através da reclamação, uma reabertura da discussão contraditória que procedeu tal provimento³⁹.

³⁷ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 425.

³⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reclamação no Processo Civil Brasileiro. IN: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e NERY JR., Nelson (Cord). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002. 6.v. p. 100.

³⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 425.

Desqualificadas as teorias de que seria a reclamação um incidente processual, um recurso ou uma ação, Grinover afirma que “trata-se, antes de tudo, de uma garantia especial que pode ser subsumida na cláusula constitucional que assegura ‘o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder’ (CF, art. 5º, inc. XXXIV, letra a)”⁴⁰.

Como se percebe, a natureza da reclamação é bastante controvertida. No entanto, embora seja a tese de que ela é uma ação autônoma de impugnação ainda majoritária na doutrina, a tese de que se trata realmente de exercício do direito de petição tem amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.212, o Plenário daquele tribunal expressamente declarou que “a natureza jurídica da reclamação não é a de um recurso, de uma ação e nem de um incidente processual. Situa-se ela no âmbito do direito constitucional de petição previsto no artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal”.

O exame da natureza jurídica controvertida da reclamação tem especial importância para o presente trabalho, porquanto a ela foi dada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 571.572, BA, verdadeiro caráter recursal, sendo ela utilizada para fins diversos daqueles previstos na Constituição Federal, como se verá adiante.

2.2 Hipóteses de cabimento para o Superior Tribunal de Justiça

As restritas hipóteses de cabimento da reclamação para o Superior Tribunal de Justiça estão contidas na alínea *f* inciso I do artigo 105 da Constituição Federal que assim dispõe:

O artigo 105, I, *f*, da Constituição Federal, estabelece o seguinte:
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
I - processar e julgar, originariamente:
[...]

⁴⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 426.

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões⁴¹

Será, portanto, cabível a reclamação para o Superior Tribunal de Justiça apenas para a preservação de sua competência e para a garantia da autoridade de suas decisões.

Preservar sua competência significa evitar que outro juízo examine demanda que deveria ter sido proposta no âmbito de sua atuação, usurpando sua competência constitucionalmente estabelecida no artigo 105, seja originária ou recursal. Garantir a autoridade de suas decisões, de outro lado, leva ao entendimento de que, proferida determinada decisão, num caso concreto, seu cumprimento é obrigatório, não podendo ninguém deixar de cumpri-la, caso em que, se ocorrer, caberá a reclamação para que o Superior Tribunal de Justiça faça cessar a desobediência.

2.3 Divergência jurisprudencial: hipótese de cabimento de reclamação?

Examinadas a natureza jurídica da reclamação e as hipóteses de seu cabimento, previstas na Constituição Federal, retome-se aqui o entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 571.572, BA. Em sede de embargos de declaração opostos contra acórdão proferido em recurso extraordinário julgado sob o regime da repercussão geral, decidiu o STF dar à reclamação constitucional uma nova função, a de meio de uniformização da jurisprudência dos Juizados Especiais.

Ainda que a finalidade perseguida pela Suprema Corte com aquele julgado seja louvável, porquanto reafirma a competência do Superior Tribunal de Justiça para dar a melhor interpretação à lei federal também das causas advindas dos Juizados Especiais, andou mal ao dar à reclamação função que seguramente ela não tem, dando a ela contornos claros de recurso com função de uniformização de jurisprudência.

⁴¹ BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição de República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em : 23.11.2010.

É que, na espécie, seguramente, não se pode verificar nas decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou descumprimento de suas decisões a caracterizar a ofensa a sua autoridade.

Quanto à usurpação de competência, absolutamente incorrente, porque ao julgar a causa, as Turmas Recursais o fazem na exata medida de competência própria, qual seja, julgar em grau de recurso as causas decididas pelos juízes de primeiro grau dos Juizados Especiais. Competência, é bom que se diga, prevista na Lei nº 9.099, de 1995, em seu artigo 41, bem como no artigo 98, inciso I, parte final, da própria Constituição Federal. Nesse contexto, as Turmas Recursais estão, em razão do princípio do livre convencimento motivado do juiz, seguramente resguardadas para, no exame das causas de pequeno valor e menor complexidade, dar à lei federal a interpretação que julgarem ser a melhor, sem que isso usurpe a competência do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, é de se ressaltar que se as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais gozavam de estabilidade, ainda que divergentes daquelas proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, isto se deve ao fato de este Tribunal ter se negado a conhecer de recursos especiais contra elas interpostos.

Se não usurpa a competência do STJ, igualmente não nega a autoridade de suas decisões aquelas prolatadas pelas Turmas Recursais, porque negar a autoridade de decisão é desobedecê-la, deixar de cumpri-la, e só descumpre decisão do Superior Tribunal de Justiça o juiz que, agindo negativamente, deixa de dar a ela a necessária efetividade ou, agindo positivamente, profira decisão contrária ao que já tenha sido decidido *in concreto* no processo. Ensina Ada Pellegrini que na reclamação “cuida-se simplesmente de postular perante o próprio órgão que proferiu uma decisão o seu exato e integral cumprimento”.⁴²

Nesse contexto, se o próprio Superior Tribunal de Justiça, como já se viu, negou-se a conhecer das causas oriundas dos Juizados Especiais, como poderia uma decisão de Turma Recursal desse sistema descumprir decisão sua? A reclamação, por descumprimento de decisão do Superior Tribunal de Justiça só é

⁴² GRINOVER, Ada Pellegrini. **O Processo: estudos e pareceres**. São Paulo: DPJ, 2005. 77p.

cabível, a toda evidência, quando decisão de juiz ou tribunal houver contrariado decisão daquela Corte a respeito de matéria efetivamente decidida, repita-se, nos mesmos autos. Na atual sistemática dos Juizados Especiais, isto é fato impossível, porque, como se disse, o próprio STJ se nega a decidir causas oriundas desse microssistema. Confira-se, quanto ao ponto, brilhante lição de Dinamarco:

Diante das disposições constitucionais que se sujeitam a reclamação às decisões com que os juízos ou tribunais venham a contraria o que os órgãos mais elevados hajam decidido (art. 102, inc. III, letra I e 105, III, letra f), é todavia imperioso o entendimento de que aquelas decisões superiores constituem fator de impedimento a qualquer manifestação dos órgão inferiores sobre matéria já decidida; esse entendimento é reforçado pela determinação, contida nos regimentos internos, de que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça farão observar suas próprias decisões, eliminando a eficácia daquelas inferiores, sem que desobedientes. Decidida a matéria em grau superior, aos juízes das Justças não cabe senão dar cumprimento ao decidido, seja mediante a implantação das situações práticas determinadas, seja proferindo decisão sobre matéria subsequente ou prejudicada, de modo harmonioso com a decisão mais elevada. O próprio pedido ou requerimento sobre o qual o tribunal de superposição houver decidido não comporta mais decisão alguma pelo órgão inferior. Isso é autêntica preclusão⁴³.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal, no entanto, foi no sentido de que as Turmas Recursais ao divergirem de entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça a respeito da aplicação de determinada lei federal estariam negando a autoridade de suas decisões.

Tal orientação, salvo melhor juízo, não se sustenta. É que não há como dar à jurisprudência – ainda que pacífica ou mesmo já consolidada em enunciado de súmula – caráter obrigatório a vincular a decisão de qualquer juiz ou tribunal.

Na lição de Dinamarco, a jurisprudência não vincula a atuação jurisdicional do Juiz, serve apenas de mera orientação ou influência para seus julgados. Sobre a jurisprudência, ensina com maestria o autor:

[...] a influência dos precedentes jurisprudenciais reduz-se, nos sistemas jurídicos da família romano-germânica, à advertência dos riscos a que estão sujeitos os comportamentos divergentes. Saibam

⁴³ DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reclamação no Processo Civil Brasileiro. IN: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; NERY JR., Nelson (Cord). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002. p. 104-105.

as pessoas do grande risco que correm, caso contem com situações jurídicas negadas pelos tribunais em sua linha costumeira de julgamentos; saibam os juízes da provável reforma de seus julgamentos, caso prefiram linha diferente. Como se disse, da *auctoritas* do Senado romano, a força da jurisprudência é mais do que um conselho e menos do que um ordem.⁴⁴

O que se pode concluir, sem sombra de dúvida, é que a reclamação constitucional não é a solução adequada do problema da irrecorribilidade dos julgados das Turmas Recursais dos Juizados Especiais quanto à interpretação da lei federal. Dar a ela função uniformizadora é desvirtuar o instituto, criando, verdadeiramente, uma novíssima hipótese de cabimento não prevista na Constituição, com contornos claros de recurso, porque servível para reformar a decisão impugnada, o que, em princípio, não se busca na reclamação. A esse respeito, a elementar lição de Dinamarco:

Não sendo um recurso, a reclamação não comporta exame do ato por seus aspectos processuais formais, com vista a repelir alguma invalidade ou afirmar nulidades; nem se destina a corrigir erros dos juiz em face da lei, desvios das linhas jurisprudenciais, etc. o âmbito desse incidente é mais estrito que o dos recursos. Procedente a reclamação, o ato é cassado e não substituído; ele é cassado sem que se determine ao órgão inferior a realização de outro, porque o vício reconhecido residia justamente na ausência de poder para realizar o ato⁴⁵.

Essa função recursal típica que se impôs à reclamação contra as decisões da Turmas Recursais ficou ainda mais acentuada na Resolução nº 12 do Superior Tribunal de Justiça, editada com a finalidade de regulamentar o seu procedimento, porque em artigo 1º consta que estas reclamações são “destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, suas súmulas ou orientações decorrentes do julgamento de recursos especiais processados na forma do art. 543-C do Código de Processo Civil”⁴⁶. Ora, como se viu, dirimir divergência jurisprudencial não é e nem pode ser, sob qualquer prisma, objeto de reclamação.

⁴⁴ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo: Malheiros, 2009. 14. ed. p. 129.

⁴⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reclamação no Processo Civil Brasileiro. IN: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; NERY JR., Nelson (Cord). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002. p. 102.

⁴⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resolução nº 12, de 14 de dezembro de 2009. **Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir**

Ademais, o cabimento de reclamação, na forma em que está regulamentada na referida resolução, causa severos danos ao procedimento dos Juizados Especiais, praticamente o inviabilizando, notadamente porque poderá o relator, na forma do inciso I, do seu artigo 2º, “deferir medida liminar para suspender a tramitação dos processos nos quais tenha sido estabelecida a mesma controvérsia”. Paralisar o julgamento de todos os processos com idêntica controvérsia significa reduzir a nada a função primordial dos Juizados, que é a de conferir uma prestação jurisdicional sobretudo rápida.

Quanto ao resultado da reclamação, o que se percebe é a sua efetiva utilização como recurso, porque traz ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça, em grau de revisão, a causa decidida pelas Turmas Recursais. Opera a reclamação na exata medida que deveria atuar o recurso especial, nela se afirmando divergência jurisprudencial, dirimida, no caso concreto, é bom que se registre, por aquele Tribunal.

Apenas como exemplo disto, cita-se o julgamento da Reclamação nº 3.752, GO, processada com esteio na decisão do Supremo Tribunal Federal e na resolução que a regulamenta, em que a Segunda Seção, à unanimidade, a julgou procedente para “reformando o acórdão da Turma Recursal da 11ª Região em Ceres/GO, determinar que a devolução das parcelas pagas pelo consorciado”⁴⁷. Como este, são inúmeros os exemplos de reclamações já julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça reformando efetivamente as decisões das Turmas Recursais, porque outra não é, frise-se, a finalidade que lhe deu o STF, o que só vem a demonstrar uma enorme incongruência no uso do instituto, reforçada pela desconsideração de que a própria Carta Magna prevê instrumento adequado para este fim: o recurso especial, como se verá a seguir.

divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/26389/Res%20_12_2009_PRE.pdf?sequence=1>. Acesso em 22.11.2010

3 O RECURSO ESPECIAL COMO INSTRUMENTO DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS

3.1 A função do Superior Tribunal de Justiça e o recurso especial como mecanismo de sua realização

Para entender o recurso especial, é antes de mais nada entender o contexto de sua criação e a função do Superior Tribunal de Justiça. Antes da atual Carta Política, era competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal a preservação da Constituição Federal e a garantia da correta interpretação da lei federal, que a exercia por meio do recurso extraordinário. Trazia a Constituição de 1967, com a Emenda Constitucional 1 de 1969, – que, mais do que uma emenda, era verdadeiramente uma nova constituição – em seu artigo 119, inciso III, o seguinte:

Art. 119. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

[...]

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância por outros tribunais, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência de tratado ou lei federal;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal; ou
- d) der à lei federal interpretação divergente da que lhe tenha dado outro Tribunal ou o próprio Supremo Tribunal Federal⁴⁸.

O constituinte de 88, entretanto, atento à alta carga de trabalho a que estava sujeito aquele Tribunal, inovou criando o Superior Tribunal de Justiça, com a função essencial de manter a homogeneidade na interpretação da lei federal e garantir sua aplicação. Ao passo em que criava um novo Tribunal Superior, com

⁴⁸ BRASIL. Constituição Federal (1967, com a Emenda Constitucional de 1969). **Constituição de República Federativa do Brasil**: promulgada em 17 de outubro de 1969. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em : 23.11.2010.

estrutura mais robusta do que aquela de que dispunha o Supremo Tribunal Federal – este novo tribunal, com competência menor, dispunha do triplo de Ministros –, para resguardar a aplicação da lei, desafogava a Suprema Corte, que poderia se dedicar exclusivamente à guarda da Constituição.

Athos Gusmão Carneiro faz a devida contextualização a respeito da instituição do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se:

São conhecidos os motivos que levaram o constituinte federal de 1988 à criação do Superior Tribunal de Justiça, e à extinção do Tribunal Federal de Recursos. Em última análise, a chamada “crise do Supremo Tribunal Federal”, pelo número de feitos sempre crescente e absolutamente excessivo, postos a cargo dos integrantes do Excelso Pretório. A par da matéria, em competência originária, derivada do exercício de sua função de Corte Constitucional, também uma multiplicidade de recursos provenientes de todas as partes de um país sob alto incremento demográfico e com várias regiões em acelerado processo de industrialização e de aumento do setor terciário da economia, acarretando sempre maiores índices de litigiosidade⁴⁹.

Com a nova ordem, nascia um novo recurso: o recurso especial. É por meio do recurso especial que o Superior Tribunal de Justiça afirma sua competência, corrigindo interpretações equivocadas a respeito da norma federal, determinando sua aplicação ou a restringindo quando mal aplicada.

Dispõe o artigo 105, III, da atual Constituição:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

[...]

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

⁴⁹ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso especial, agravos e agravo interno: exposição didática: área do processo civil, com inovação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 5. ed. p. 4.

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal⁵⁰.

Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha resumem com perfeição essa combinação de competência e meio de exercício. Para os autores, “o STJ desempenha função primordial de interpretar e preservar a legislação federal infraconstitucional, além de ter o papel de uniformizar a jurisprudência nacional quanto àquela mesma legislação, em decisões paradigmáticas. Essa sua função é exercida, essencialmente, mediante o julgamento de recurso especial”.⁵¹

José Afonso da Silva, assim estabelece a relação entre a função do Superior Tribunal de Justiça e o recurso especial:

O que dá característica própria ao STJ são suas atribuições de controle da inteireza positiva, da autoridade e da uniformidade de interpretação da lei federal, consubstanciando-se aí jurisdição de tutela do princípio da incolumidade do Direito objetivo que constitui um valor jurídico – que resume certeza, garantia e ordem –, valor esse que impõe a necessidade de um órgão de cume e um instituto processual para sua real efetivação no plano processual.⁵²

Não menos importante a lição do Ministro Athos Gusmão Carneiro, no sentido de que “o recurso especial *não foi concebido como instrumento para corrigir erros ou injustiças*. Seu destino é garantir a boa aplicação da lei federal e unificar-lhe a interpretação em todo o Brasil”⁵³.

Longe de toda dúvida, duas premissas aqui ficam evidentes: a de que o Superior Tribunal de Justiça nasceu com a função de conferir uniformidade na interpretação da lei federal e que esta função se exerce *in concreto* no exame de recurso especial.

⁵⁰ BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição de República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em : 23.11.2010.

⁵¹ DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. Bahia: JusPodivm, 2008. 5. ed. 296 p.

⁵² SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2005. 25. ed. 572 p.

⁵³ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso especial, agravos e agravo interno: exposição didática: área do processo civil, com inovação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 5. ed. p. 8.

3.2 Hipóteses de cabimento

Diversamente do que ocorre com os recursos em geral, os quais, em regra, tem como premissa básica a sucumbência, o recurso especial, como espécie de recurso extraordinário, deve-se fundar também em interesse de ordem pública, consubstanciado na prevalência da exata aplicação da lei federal. Conforme ensina Carneiro

O interesse privado do litigante vencido funciona, então, mais como móvel e estímulo para a interposição do recurso extremo, cuja admissão, todavia, liga-se à existência de uma *questão federal* constitucional ou infraconstitucional, à defesa da ordem jurídica no plano do direito federal, assegurando-lhe, como referiu Pontes de Miranda, a “inteireza positiva”, a “autoridade”, a “validade” e a “uniformidade de interpretação”⁵⁴.

Está o recurso especial restrito às hipóteses de cabimento expressamente previstas na Constituição Federal, no inciso III do seu artigo 105. Nesse contexto, será cabível recurso especial sempre que decisão proferida por Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, em única ou última instância, contrariar tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência (alínea *a*), julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea *b*) ou der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (alínea *c*).

Como se pode perceber, há entre as três hipóteses de cabimento do recurso especial um ponto comum, já destacada na lição do Ministro Athos Carneiro: sua utilização para a preservação da inteireza da lei federal. É o que igualmente ensina Humberto Theodoro Junior:

A função do recurso especial, que antes era desempenhada pelo recurso extraordinário, é a manutenção da autoridade e unidade da lei federal, tendo em vista que na Federação existem múltiplos

⁵⁴ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso especial, agravos e agravo interno: exposição didática: área do processo civil, com inovação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 5. ed. p. 3.

organismos judiciários encarregados de aplicar o direito positivo elaborado pela União⁵⁵.

Traçada esta linha mestra, deve-se ter em conta ainda que somente será cabível o recurso especial quando a decisão por ele atacada for irrecorrível na instância inferior, circunstância que se deduz da redação do inciso III do artigo 105, que exige causa decidida em única ou última instância.

Na alínea *a*, o texto constitucional trouxe a expressão “contrariar tratado ou lei federal, ou lhes negar vigência”. Quanto ao ponto, Costa⁵⁶ faz importantes comentários no sentido de que “a contrariedade a tratado é espécie de contrariedade a norma federal” e que “contrariar significa fazer oposição a, estorvar, embaraçar, fazer o contrário, contestar ou agir em contradição”.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, em processo da relatoria do Ministro Ari Pargendler, fez significativo esclarecimento a respeito da técnica de julgamento do recurso especial pela alínea *a*, como se verifica da ementa daquele julgado:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TÉCNICA DE JULGAMENTO. LETRA 'A'. O recurso especial interposto pela letra 'a' supõe a indicação da norma que foi aplicada sem ter incidido, ou que deixou de ser aplicada não obstante tenha incidido, ou que, muito embora tenha incidido, foi mal aplicada, por interpretação errônea; e o respectivo conhecimento implica, *sempre*, o provimento para afastar a norma que foi aplicada sem ter incidido, ou para aplicar a norma que deixou de ser aplicada a despeito de ter incidido, ou para dar a norma, incidente e aplicada, a melhor interpretação. Se a norma que as razões do recurso especial dizem contrariada nem *incidiu* nem foi *aplicada*, esgotadas estão as possibilidades lógicas do conhecimento do recurso especial pela letra 'a'. Recurso especial não conhecido⁵⁷.

A expressão “tratado ou lei federal” deve ser entendida em sentido amplo, como toda norma federal infraconstitucional. Nesse contexto, temos o que

⁵⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2002. 1v. 38. ed. p. 558.

⁵⁶ COSTA, José Rubens. **Tratado do Processo de Conhecimento**. Rio de Janeiro: J. de Oliveira. 2003. 1. ed. p. 1.211.

⁵⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 324.638, SP**. Ana Meirilda de Oliveira e Ibrahim Younan. DJ de 25.06.2001. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200100660122&dt_publicacao=25/6/2001>. Acesso em 23.11.2010.

dispõe a Constituição nos incisos II a VII do seu artigo 59, ou seja, caberá recurso especial quando forem contrariadas leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções, bem como decretos e regulamentos do executivo, por força do que dispõe o artigo 84, IV e VI da Carta Magna.

No tocante à alínea *b*, inserida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, deve-se destacar que seria dispensável, porque, em última análise, julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal significa contrariar a própria lei. É esta a lição de Donizetti⁵⁸, para quem a alínea *b* não passa de “mera espécie de hipótese de cabimento prevista na alínea *a*, haja vista que, ao se reputar válido ato de governo local em sentido contrário a lei federal, é evidente que a aplicação desta é afastada”.

Com fulcro na alínea *c*, caberá recurso especial por dissídio de entendimentos quanto à aplicação de lei federal. Importa destacar, entretanto, que tal divergência deve se dar entre decisões de Tribunais distintos, de modo que a divergência entre órgãos de um mesmo Tribunal há de ser resolvida *interna corporis*. Ademais, quanto ao ponto, é de se anotar que a Súmula 400 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “decisão que deu razoável interpretação à lei, ainda que não seja a melhor, não autoriza recurso extraordinário pela letra ‘a’ do art. 101, III, da Constituição Federal” – enunciado editado quando ainda dispunha o STF de competência para o exame de contrariedade à lei federal – já não tem mais aplicação na atual sistemática. É que, tendo a Constituição de 1988 conferido competência ao Superior Tribunal de Justiça para garantir a uniformidade da aplicação da lei, ainda que mais de uma interpretação a respeito dela seja possível, deverá sempre prevalecer a melhor, qual seja, aquela que lhe deu o próprio STJ.

3.3 O recurso especial contra julgado de Turma Recursal

Questão controvertida há muito tempo é a do cabimento de recurso especial contra decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Tudo porque, desde a criação dos Juizados de Pequenas Causas, sob a égide da Constituição anterior, os doutrinadores se ativeram à literalidade da Constituição,

⁵⁸ DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007. 8. ed. p. 495.

que lá, como na atual, segundo afirmam, exige decisão em causa julgada em única ou última instância por “tribunal”. É em torno desta palavra que gravita toda a celeuma, já que as Turmas Recursais, como já se estudou em capítulo anterior, são órgãos de primeira instância, integrantes dos Juizados Especiais, não se tratando de órgão fracionário de Tribunal.

Corroboram esse entendimento – amplamente majoritário, diga-se – nomes como Barbosa Moreira, confira-se:

Por meio do recurso especial pode-se impugnar acórdão proferido em causa da competência originária de qualquer dos tribunais mencionados no texto constitucional, ou no julgamento de outro recurso, ou ainda em hipótese de reexame obrigatório em segundo grau de jurisdição. Não cabe, o recurso, em caso algum, contra decisão de órgão de primeiro grau, mesmo insuscetível de apelação ou de agravo [v.g., decisão do colégio recursal do Juizado Especial].⁵⁹

O Ministro Luiz Fux, ao dissertar sobre o ponto, assim se manifestou:

Cumprir notar, entretanto, que o ‘recurso especial reclama decisão de tribunal’, posto que seu escopo também é o de uniformizar a inteligência das leis federais entre as diversas fontes judiciárias do país. Nesse segmento, ‘exige o *caput* do art. 105 da CF’ que a ‘decisão’ violadora da ordem federal ‘provenha de tribunais estaduais, federais, ou do Distrito Federal e dos Territórios’. Desta sorte, não cabe o recurso especial das decisões de tribunais administrativos, nem dos tribunais federais especiais (Militar, Trabalhista e Eleitoral), porquanto estão na mesma posição hierárquica do Superior Tribunal de Justiça, bem como das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, posto que integrantes da primeira instância.⁶⁰

Esse entendimento, como brevemente já se viu, aliás, foi consolidado no enunciado de Súmula nº 203 do Superior Tribunal de Justiça que dispôs expressamente que “não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”.

⁵⁹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 9. ed. 582 p.

⁶⁰ FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1 v. 3. ed.

Pode-se perceber que ainda que mesmo negando o cabimento de recurso especial contra as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, fica claro nas lições transcritas aquelas duas premissas já afirmadas: a primeira, a de que a função precípua do Superior Tribunal de Justiça é manter hígida a aplicação da lei federal e dar-lhe a melhor interpretação; a segunda, a de que essa função é exercida por meio do recurso especial.

Essas premissas, deve-se ressaltar, estão presentes inclusive em julgados que deram origem àquele enunciado de Súmula. No julgamento do Agravo de Instrumento nº 74.249, RJ (posteriormente repetidas no julgamento do Agravo de Instrumento nº 68.454, SP), o Ministro Cesar Asfor Rocha diz textualmente:

Não se pode perder de vista a função precípua da via extraordinária especial. Prepondera, nesse passo, a unidade e a autoridade do direito federal infraconstitucional sobre o interesse da parte, por natureza, inconformada com a decisão contrária aos seus interesses.

No acesso a esta instância, portanto, emerge soberano o interesse coletivo nacional na uniformização da jurisprudência e na defesa do direito federal⁶¹.

Registre-se que, por mais contraditório que possa parecer, afirmando a função uniformizadora do STJ, foi negado provimento aos referidos agravos, mantendo-se a negativa de admissibilidade dos recursos especiais.

Feitas tais considerações, deve-se retomar aqui o problema já exposto, porque, se afirmamos não ser a reclamação o meio adequado para impugnar as decisões das Turmas Recursais, e se está claro que o Superior Tribunal de Justiça nega o cabimento de recurso especial contra aquelas decisões, não há solução adequada. Salvo melhor juízo, há, porque o recurso apropriado é sim o recurso especial.

Nesse sentido, confira-se importante a lição de Luiz Cláudio da Silva:

Entendemos cabível o Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça contra decisão da Turma Recursal que contraria o disposto nas alíneas do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal,

⁶¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 74.249, RJ**. DJ de 16.10.1995. Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A – TELERJ e Eliana Machado de Faria. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199500247178&dt_publicacao=16/10/1995>. Acesso em: 23.11.2010.

mesmo admitindo que a Turma Recursal não tem a estrutura de um tribunal estadual ou federal, mas representa o único órgão competente para apreciar o recurso de apelação interposto contra as decisões de primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais Estaduais e Federais.

É dominante o entendimento doutrinário e jurisprudencial pelo não-cabimento de Recurso Especial contra os acórdãos proferidos pelas Turmas Recursais, tendo em vista a redação dada no inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal, aludindo às causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Na realidade, quis o legislador constitucional referir-se ao cabimento do Recurso Especial contra as decisões proferidas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando contrariar o dispositivo constitucional acima, deixando de incluir nesse rol as Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Estas surgiram posteriormente à Constituição Federal em vigor, não havendo dúvidas que a Turma Recursal é o único órgão competente para processar e julgar em única e última instância os recursos nos processos de competência dos Juizados Especiais Estaduais, pois nos Juizados Federais, como já ressaltamos em tópico anterior, referente ao recurso extraordinário, além do recurso de apelação, admite-se ainda Pedido de Uniformização e Recurso Inominado para o STJ, de acordo com o art. 14, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.259/01.

Não podemos interpretar diferentemente o cabimento de Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal contra as decisões proferidas pela Turma Recursal quando contrariar o disposto no artigo 102, III, da Constituição Federal, deixando de admitir o cabimento do Recurso Especial, somente pelo fato de que no dispositivo constitucional acima o legislador faz alusão às decisões proferidas em única ou última instância, não se importando qual foi o Tribunal prolator da decisão recorrida.

Seria uma incongruência jurídica não admitir que a Turma Recursal seja um tribunal de recurso, pois apesar de sua composição por três juízes togados de primeiro grau, é a única instância recursal na estrutura dos órgãos jurisdicionais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais Estaduais, pois nos Juizados Federais admite-se ainda Pedido de Uniformização para a Turma Recursal reunida e para a Turma de Uniformização, bem como o Recurso inominado para o STJ.⁶²

Costa⁶³, também defende o cabimento do recurso especial contra os julgados das Turmas Recursais porque, segundo o autor, a Turma Recursal é

⁶² SILVA, Luiz Cláudio. **Os Juizados Especiais Cíveis na Doutrina e na Prática Forense**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 6. ed. p. 170.

⁶³ COSTA, José Rubens. **Tratado do Processo de Conhecimento**. Rio de Janeiro: J. de Oliveira. 2003. 1. ed. p. 1.206.

verdadeiro “tribunal recursal para as causas cíveis de menor complexidade”. Afirmar ainda ser “inadmissível pensar-se no cabimento exclusivo do recurso extraordinário, com a exclusão do recurso especial” concluindo que “limitar o acesso ao Superior Tribunal de Justiça é cercear o acesso à Justiça”.

Importante destaque deve ser feito aqui a um julgado daqueles que compõem o entendimento consolidado no enunciado de Súmula nº 203. Dentre todos os acórdãos que a compõem um deve ser destacado, aquele proferido nos autos do Recurso Especial nº 21.664, MS, no qual se viu rico debate. Naquele julgamento, o relator, Ministro Athos Carneiro, embora tenha ficado vencido, expôs com muita propriedade o problema já existente àquela época, demonstrando coragem ao mudar, em sessão, sua compreensão já consolidada no plano doutrinário a respeito do tema. É que, em sede doutrinária, havia o Ministro afirmado ser incabível o recurso especial contra as decisões de Turmas Recursais dos Juizados Especiais, vindo no julgamento a refluir dessa orientação, modificando-a por inteiro, passando a entender ser cabível aquele recurso interposto contra aquelas decisões. Em razão da qualidade dos argumentos, e sob pena de que eles se percam em eventual compilação, permite-se transcrevê-los na integralidade:

Meditando melhor e mais detidamente sobre a matéria, encontrei todavia relevantes fundamentos em contrário a esta nossa inicial manifestação feita em plano doutrinário.

O tema, cuja importância máxima não será necessário sublinhar, pode ser equacionado sob dois ângulos: o jurídico e o das conveniências sociais (as “exigências do bem comum”, referidas no art. 5º da LICC, a nortear os rumos da jurisprudência).

Sob a visão estritamente jurídica, as Turmas ou Câmaras Recursais não serão “tribunais” do ponto de vista administrativo, pois não desfrutam das prerrogativas do art. 96 da CF, e não são assistidas necessariamente por Secretarias próprias, podendo valer-se do pessoal de apoio dos próprios Juizados Especiais de primeiro grau, tendo conforme previsto na lei estadual. Já sob o aspecto funcional, que pode ser considerado o realmente fundamental, as Turmas Recursais, embora integradas por juízes de primeiro grau, desempenham função absolutamente idêntica à dos Tribunais de Justiça ou dos Tribunais de Alçada: apreciam as causas em segundo grau de jurisdição e em colegiado, e suas decisões adquirem a mesma eficácia de coisa julgada formal e material.

A demanda indenizatória, de que cuidou o processo ora em apreciação, foi julgada pela Turma Recursal assim como poderia ter sido julgada por Câmara do TJMS, anteriormente à criação, naquela Unidade da Federação, dos Juizados Especiais, que tanto vêm contribuindo para aproximar a Justiça dos jurisdicionados.

Perfeitamente razoável, portanto, entender que, do ponto de vista funcional as Turmas Recursais, atuando como multiplicados pequenos “Tribunais de Alçada”, se me permitem a expressão, são em tudo equiparáveis a um Tribunal de Estado, são tribunais dos Estados, cabendo pois admitir o recurso especial de suas decisões, nos casos previstos nos incisos do artigo 105, III, da Lei Maior.

De um ângulo mais pragmático do que propriamente jurídico, poder-se-ia alegar que esta Corte correria o risco de ficar absolutamente sobrecarregada com um desmesurado número de processos, desproporcional à capacidade do limitado número de Ministros do STJ. O argumento é, do ponto de vista prático, ponderável. Esta Corte já está, diga-se, sobrecarregada de processos, mais do que qualquer de suas congêneres, em termos de estatísticas dos altos tribunais de cassação ou de revisão de outros países.

Mas de outra parte, impende ponderar que pelo menos a maior parte das vezes ocorrerá simplesmente, como no caso presente, o deslocamento de uma causa e, portanto, do respectivo recurso, da jurisdição pelas caras comuns e Tribunal de Alçada ou de Justiça, para a jurisdição exercida pelo Juizado Especial e suas respectivas Turmas Recursais.

Além disso, e eis argumento de máxima relevância em país federativo em que o direito material civil, penal e comercial é o mesmo para todo o território nacional, não parece cabível deixar fora do controle de legalidade uma ampla gama de leis federais. E até pior: a matéria, v.g., da importante ação adjudicatória, com toda uma série de variadas questões jurídicas controversas, ficará sujeita ao controle de legalidade relativamente aos arestos proferidos nos Estados onde tais causas estejam sujeitas aos Tribunais de Justiça ou de Alçada, mas alheira a tal controle nos Estados, como por exemplo em Santa Catarina, em que estas demandas são ajuizadas perante os Juizados Especiais? E o que dizer da ação de despejo, que a Lei 8245/91, art. 80, faculta sejam consideradas “causas cíveis de menor complexidade”? Em alguns Estados, este STJ poderá corrigir as ofensas à lei federal, mas noutros não? Se divergirem, a respeito da Lei do Inquilinato, dois Tribunais Estaduais, caberá ao STJ a tarefa uniformizadora, mas se o dissídio ocorrer entre Turmas Recursais, será, no plano infraconstitucional, totalmente irremediável?

Devo portanto reconsiderar meu anterior entendimento sobre o tema, e declarar, em princípio, como admissível o recurso especial contra decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, quando fundamente invocada contrariedade à lei federal, ou quiçá até à jurisprudência sumulada desta Corte⁶⁴.

Como se pode notar, mesmo à época da edição da Súmula nº 203, o tema estava longe de ser pacífico e, já ali, esboçava o Ministro Athos Carneiro o

⁶⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 21.664, MS**. DJ de 25.05.1993. José Otacílio Fabrício Piva e André Doratiotto. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993. Acesso em: 23.11.2010.

entendimento que 16 anos mais tarde viria a afirmar o Supremo Tribunal Federal. O Ministro ainda escancara em seu voto um dos aspectos que certamente levaram o Superior Tribunal de Justiça a editar aquele enunciado sumular: a sobrecarga de trabalho resultando do descompasso entre o número já elevado de processos – há 16 anos atrás, sublinhe-se – e o número reduzido de Ministros. Quanto ao ponto, entretanto, novamente de forma corajosa, não se deixou levar pelos números de ordem prática, afirmando peremptoriamente que seria inconcebível deixar fora da jurisdição do STJ as decisões proferidas pelas Turmas Recursais, porque aplicam as mesmas leis que as varas cíveis. Em que pese a consistência dos argumentos, entretanto, restou vencido.

De outro lado, é necessário ainda que se diga: o resultado do julgado do Supremo Tribunal Federal deu novo ar àqueles que sempre defenderam o cabimento de recurso especial contra as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Estaduais. É que, ao declarar cabível a reclamação para o Superior Tribunal de Justiça contra tais decisões, o fez no pressuposto de que este Tribunal é o guardião da lei federal, cabendo a ele dizer qual a melhor interpretação da lei dentre todas as possíveis. Pode-se, a partir daí, tirar as seguintes conclusões: a) a função constitucional do Superior Tribunal de Justiça é a de guardião da norma federal, devendo para tanto velar pela uniformidade de sua interpretação e pela sua correta aplicação; b) compete ao Superior Tribunal de Justiça, no exercício de sua competência, revisar as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Estaduais quando estas derem à lei federal interpretação discrepante daquela que lhe deu aquele Tribunal.

Soma-se a estas premissas, uma terceira da qual ninguém ousa discordar: o Superior Tribunal de Justiça exerce sua função por meio de recurso constitucionalmente previsto, o recurso especial.

Reafirmando essa premissa, confira-se a lição de Didier e Cunha:

O Superior Tribunal de Justiça mantém a função de interpretar a legislação infraconstitucional, corrigindo ilegalidades cometidas no julgamento de causas, em última ou única instância, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça. Nessa função de interpretar e preservar a legislação infraconstitucional, insere-se a função do STJ de *uniformizar* a jurisprudência nacional. Ora, se ao STJ compete interpretar e preservar a legislação infraconstitucional,

o julgamento que venha a ser proferido, conferindo interpretação a determinada norma, serve, a um só tempo, como corretivo da decisão impugnada e elemento de *uniformização* da jurisprudência quanto à interpretação da referida norma⁶⁵.

Nesse contexto, se quanto a duas premissas – a de que o STJ tem função constitucional de uniformizar a interpretação da lei federal e a de que essa função é exercida por meio do recurso especial – não havia controvérsias, faltava, para a aceitação do recurso especial contra as decisões dos Juizados Especiais, apenas a afirmação da competência daquele Tribunal para a revisão dos seus julgados. Agora, já não falta mais, porque a decisão tomada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 571.572, BA, é categórica: é função precípua do Superior Tribunal de Justiça uniformizar a interpretação da lei federal, inclusive quando aplicada no âmbito dos Juizados Especiais. Quanto a isto já não resta mais dúvida.

⁶⁵ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro. Comentários ao artigo 105, III. IN: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorde; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 1. ed. p. 1.421-1.422.

CONCLUSÃO

O estudo se propôs a resolver o seguinte problema: as Turmas Recursais dos Juizados Especiais interpretam a legislação federal para aplicá-las *in concreto*. Nessas circunstâncias, pode aquela interpretação divergir de outras que lhe tenham dado outros Tribunais - porque, diga-se, não é obrigatória sua jurisdição – e até de julgados do próprio STJ. Se este se nega a apreciar tal divergência – conforme expressamente prevê sua Súmula nº 203 –, o pronunciamento das Turmas Recursais estão a salvo de revisão, mercê da função uniformizadora do Superior Tribunal de Justiça?

Para isso, após a devida contextualização histórica e conceitual dos Juizados Especiais Estaduais, foram testadas duas hipóteses de solução.

A primeira hipótese consistiu em, de um lado, analisar de forma crítica a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, verificando-se a correção da afirmação da competência do Superior Tribunal de Justiça para a revisão das decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, e, de outro, analisar a decisão à luz de lições doutrinárias sobre a reclamação para verificar-se a sua adequação como meio para esta revisão. Ali, já preliminarmente, foram obtidos dois resultados: a confirmação de que agiu com precisão o STF ao afirmar o STJ como guardião da lei federal, inclusive quando aplicada no âmbito dos Juizados Especiais, mas errou ao dar à reclamação verdadeiro caráter recursal.

A segunda hipótese testada, foi a seguinte: se estão previstos na própria Constituição a função do Superior Tribunal de Justiça – a uniformização da interpretação da norma federal – e o mecanismo para sua efetivação – o recurso especial –, então é este e, não a reclamação, o instrumento adequado à revisão dos julgados das Turmas Recursais. Necessário dizer que a verificação desta hipótese consistiu no exame da função constitucional do STJ e do recurso especial, segundo a doutrina e a jurisprudência, e no exame das suas hipóteses de cabimento, incluindo-se aqui o cabimento contra decisões dos Juizados Especiais Estaduais.

Nesse ponto, examinou-se ainda julgados que deram origem à Súmula nº 203 daquele Tribunal, de modo a saber quais os fundamentos da sua edição.

Pragmaticamente, resultam do presente trabalho as seguintes premissas:

- 1) A Constituição Federal ao criar o Superior Tribunal de Justiça o definiu como órgão com função de manter a inteireza da norma federal;
- 2) No julgamento do Recurso Extraordinário nº 571.572, BA, o Supremo Tribunal Federal reafirmou tal função, afirmando ainda que a uniformização da interpretação da lei federal pelo Superior Tribunal de Justiça deve ser feita, inclusive, quanto aos julgados das Turmas Recursais dos Juizados Especiais;
- 3) A reclamação não é se presta à revisão de julgados, servindo apenas para afastar usurpação de competência e desobediência de decisões.
- 4) O recurso especial é o instrumento previsto na Constituição por meio do qual deve o Superior Tribunal de Justiça exercer sua função.

Destas premissas, apenas uma conclusão é possível: é cabível recurso especial contra decisões prolatadas pelos órgãos colegiados dos Juizados. É de se sugerir, portanto, o cancelamento da Súmula nº 203 do Superior Tribunal de Justiça, porque já não mais se sustenta em razão da afirmação do Supremo Tribunal Federal quanto a sua competência.

REFERÊNCIAS

ALVIM, J. E. Carreira. **Juizados especiais cíveis estaduais: Lei 9.099, de 26.09.1995**. Curitiba: Juruá. 2010. 5. ed.

BRASIL. Constituição Federal (1967, com a Emenda Constitucional de 1969). **Constituição de República Federativa do Brasil**: promulgada em 17 de outubro de 1969. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição de República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Institui o Código de Processo Civil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm>. Acesso em: 23.11.2010.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9099.htm>> . Acesso em: 23.11.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 74.249, RJ**. DJ de 16.10.1995. Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A – TELERJ e Eliana Machado de Faria. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199500247178&dt_publicacao=16/10/1995>. Acesso em: 23.11.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 21.664, MS**. DJ de 25.05.1993. José Otacílio Fabrício Piva e André Doratiotto. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993. Acesso em: 23.11.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 324.638, SP**. Ana Meirilda de Oliveira e Ibrahim Younan. DJ de 25.06.2001. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200100660122&dt_publicacao=25/6/2001>. Acesso em 23.11.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resolução nº 12, de 14 de dezembro de 2009. **Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte**. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/26389/Res%20_12_2009_PRE.pdf?sequence=1>. Acesso em 22.11.2010

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 203**. Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=203&b=SUMU>. Acesso em: 23.11.2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572, BA**. Telemar Norte Leste S/A e Albérico Sampaio do Lago Pedreira. Relatora a Ministra Ellen Gracie. DJe de 27.11.2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC &docID=606378>>.

CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. 5. ed.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso especial, agravos e agravo interno: exposição didática: área do processo civil, com inovação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 5. ed.

COSTA, José Rubens. **Tratado do Processo de Conhecimento**. Rio de Janeiro: J. de Oliveira. 2003. 1. ed.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro. Comentários ao artigo 105, III. IN: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorde; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 1. ed.

DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. Bahia: JusPodivm, 2008. 5. ed.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo: Malheiros, 2009. 14. ed.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reclamação no Processo Civil Brasileiro. IN: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e NERY JR., Nelson (Cord). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002. 6.v. p. 100.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Princípios e critérios no processo das pequenas causas. IN: WATANABE, Kazuo (Cord). **Juizado Especial de Pequenas Causas: Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1985.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007. 8. ed.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1 v.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O Processo: estudos e pareceres**. São Paulo: DPJ, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MENEZES, Gustavo Quintanilha Telles. Aspectos relevantes do Sistema Recursal dos Juizados Especiais. IN: NETTO, F. G. M e ROCHA, F. B. (org). **Juizados Especiais Cíveis: novos desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 9. ed.

ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26/9/1995**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris. 2009. 5. ed.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2005. 25. ed.

SILVA, Luiz Cláudio. **Os Juizados Especiais Cíveis na Doutrina e na Prática Forense**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 6. ed.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2002. 1v. 38. ed.

WATANABE, Kazuo. Características básicas dos Juizados de Pequenas Causas. **Revista AJURIS**, ano VII, nº 33, março de 1985.

WATANABE, Kazuo. Finalidade maior dos juizados especiais cíveis. **Revista Cidadania e Justiça**, ano 3, nº 7, segundo semestre de 1999.